

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO

João Henrique Mendes Costa

A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS DO
MUNICÍPIO DE BAGÉ, REGIÃO DA CAMPANHA-RS:
UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Santa Cruz do Sul
2019

João Henrique Mendes Costa

**A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS DO
MUNICÍPIO DE BAGÉ, REGIÃO DA CAMPANHA-RS:
UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Estado, Instituições e Democracia na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Cidonea Machado Deponti

Coorientador: Prof. Dr. Markus Erwin Brose

Santa Cruz do Sul

2019

João Henrique Mendes Costa

**A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS DO
MUNICÍPIO DE BAGÉ, REGIÃO DA CAMPANHA-RS:
UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Estado, Instituições e Democracia, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Cidonea Machado Deponti
Professora Orientadora – UNISC

Dr. Markus Erwin Brose
Professor Coorientador – UNISC

Dr. Silvio Cezar Arend
Professor Examinador – UNISC

Dra. Christine da Silva Schröder
Professor Examinadora – UFRGS

Dra. Rosane Bernardete Brochier Kist
Professor Examinador

Santa Cruz do Sul

2019

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, que me guiou com energia e força para não esmorecer durante todos os momentos dessa caminhada. A minha mãe Cenir, mulher de fé e muita coragem e a quem dedico este trabalho, durante o qual partiu para outro plano e que acompanhou de perto todas as etapas da minha vida. A minha companheira, pela paciência e incentivo durante esta jornada. Aos meus filhos, pelo carinho, apoio e inspiração.

A minha orientadora Dra. Cidonea Machado Deponti, pela dedicação, paciência e compreensão e, pelos conselhos que foram decisivos para que levasse ao fim esta dissertação.

Ao meu coorientador, Dr. Markus Erwin Brose, pelo incentivo e pela contribuição dada durante a realização deste trabalho.

Ao corpo docente e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unisc, pelo conhecimento transmitido e carinho com que me acolheram.

Aos colegas da turma, por compartilharem comigo o aprendizado e muita descontração.

A Secretaria de Educação do Município de Bagé, coordenadores, professores e alunos das escolas do EJA que não mediram esforços para que este trabalho fosse realizado. Enfim, a todos que direta ou indiretamente me apoiaram durante a realização desta dissertação de mestrado.

RESUMO

As iniciativas relacionadas ao empreendedorismo voltado para a educação prometem ampliar a qualidade de vida, bem como, beneficiar comunidades menos privilegiadas e concretizar processos de transformação e de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o problema que norteou a pesquisa dedicou-se compreender “Quais as percepções dos atores da Região da Campanha sobre a educação empreendedora desenvolvida a partir do Ensino Fundamental nas Escolas de Jovens e Adultos do município de Bagé, RS?”. Esse problema nos levou a definição do objetivo geral que foi analisar as percepções desses atores a respeito da educação empreendedora. A escolha da Educação Popular (EJA) se dá pela contribuição que esta pode trazer para o resgate da cidadania e da solidariedade, por estarem intimamente relacionadas ao Desenvolvimento Regional, garantindo aos integrantes de uma sociedade a condição de inclusão. Para tal, foi realizado uma pesquisa junto às escolas municipais de Ensino Fundamental do município de Bagé, RS, que fazem uso da modalidade de ensino EJA e que estão utilizando a educação empreendedora de forma transversal. Os dados qualitativos foram analisados através da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979) e os quantitativos através do tratamento estatístico simples (MARCONI; LAKATOS, 2006), permitindo assim evidenciar o significado e a importância do tema para as comunidades da região analisada. Foram abordados também questões sobre a Mesorregião da Metade Sul, sobre o Corede Campanha e as prioridades para a área da educação e, a educação empreendedora e o empreendedorismo na perspectiva do desenvolvimento regional, diante do fenômeno social mais difícil de ser resolvido na atualidade que é o desemprego. Foi possível identificar também os efeitos e as influências que o conhecimento empreendedor exerce sobre a vida das pessoas assim como amplitude do tema. Nesse sentido, esse estudo torna-se importante também por se acreditar que a educação é vital para a humanidade, principalmente por se constituir em poderosa “arma” para o enfrentamento de um dos maiores desafios que estão relacionados com as desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação. Empreendedorismo. Desenvolvimento regional. Educação de Jovens e Adultos (EJA).

ABSTRACT

Entrepreneurship initiatives aimed at education promise to increase the quality of life, as well as to benefit less privileged communities and to realize processes of transformation and regional development. In this sense, the problem that guided the research was to understand “What are the perceptions of the Campaign Region actors about entrepreneurial education developed from the Elementary School in the Youth and Adult Schools of Bagé, RS?”. This problem led us to the definition of the general objective which was to analyze the perceptions of these actors regarding entrepreneurial education. The choice of Popular Education (EJA) is due to the contribution it can bring to the rescue of citizenship and solidarity, as they are closely related to Regional Development, guaranteeing the members of a society the condition of inclusion. To this end, a survey was carried out with the municipal elementary schools of the city of Bagé, RS, which make use of the EJA teaching method and that are using entrepreneurial education across the board. The qualitative data were analyzed through the content analysis technique (BARDIN, 1979) and the quantitative through the simple statistical treatment (MARCONI; LAKATOS, 2006), thus allowing to highlight the meaning and importance of the theme for the communities of the analyzed region. Questions were also addressed about the Middle South Mesoregion, the Corede Campaign and the priorities for the area of education, and entrepreneurship education and entrepreneurship from the perspective of regional development, in view of the most difficult social problem to solve today. unemployment. It was also possible to identify the effects and influences that entrepreneurial knowledge has on people's lives as well as the breadth of the theme. In this sense, this study is also important because it is believed that education is vital for humanity, especially because it is a powerful “weapon” for facing one of the biggest challenges related to social inequalities.

Keywords: Keywords: Education. Entrepreneurship. Regional development. Youth and Adult Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projetos Orientados para a Matriz Estratégica 4 – Ênfase na Educação	26
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de Escolas e de Alunos	49
Tabela 2 – Faixa Etária dos Alunos	49
Tabela 3 – Motivações para ingresso no EJA	50
Tabela 4 – Situação dos Alunos em Relação ao Mercado de Trabalho	50
Tabela 5 – Empregadores do Trabalho Formal	51
Tabela 6 – Renda dos Alunos do EJA	52
Tabela 7 – Características quanto ao perfil de empreendedor	52
Tabela 8 – Expectativas em relação à educação empreendedora na escola	54
Tabela 9 – Faixa etária x Tipo de empreendedorismo	55

LISTA DE SIGLAS

ACIBA	Associação Comercial e Industrial de Bagé
APEND SUL	Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COBAME	Conselho Bageense da Mulher Empreendedora
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação a Distância
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEDERASUL	Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOCEM	Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESOSUL	Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROMESO	Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio Empresarial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINDILOJAS	Sindicado do Comércio Varejista de Bagé
SESC	Serviço Social do Comércio
TEA	Taxa de Empreendedorismo Estabelecido
TEE	Taxa de Empreendedorismo Inicial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
URCAMP	Universidade da Região da Campanha

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL, O COREDE CAMPANHA E AS PRIORIDADES DEFINIDAS PARA A EDUCAÇÃO	19
2.1	A Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (MesoSul)	19
2.2	O Corede Campanha, os Atores Regionais e as prioridades definidas na Área da Educação	22
3	A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E O EMPREENDEDORISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	28
3.1	A Educação Empreendedora	28
3.2	O empreendedorismo e o Desenvolvimento Regional	35
4	A EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE BAGÉ E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA CAMPANHA	39
4.1	As Escolas de Jovens e Adultos (EJA)	39
4.2	A visão dos Atores Regionais sobre a Educação Empreendedora no Município de Bagé e o Desenvolvimento da Região da Campanha	42
4.2.1	O perfil socioeconômico dos estudantes das Escolas de Jovens e Adultos do Município de Bagé	48
4.2.2	A educação empreendedora e a melhoria das condições de vida dos estudantes	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	65
	APÊNDICES	
	APÊNDICE I	71
	APÊNDICE II	72

1 INTRODUÇÃO

Constata-se, a partir da legislação brasileira, que existe uma série de restrições com relação a investimentos na Região da Campanha, especialmente aqueles oriundos de recursos estrangeiros, devido a sua localização na área de fronteira. Por outro lado, esta condição fronteiriça oportuniza, também, algumas possibilidades de integração econômica e de infraestrutura com os atores do país vizinho. Um exemplo disso são as obras de saneamento em conjunto, financiadas pelo Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que contemplam as chamadas “cidades-gêmeas” de Aceguá (Brasil) e Aceguá (Uruguai).

A região da Campanha apresenta, segundo o Corede Campanha (2017, p. 87) no setor de serviços e comércio uma expressiva participação no PIB correspondente a 61,91% (no RS representa 56,53%) e apenas de 19,52 % do setor da agropecuária (no RS representa 8,7%), com destaque para a carne, o arroz e a soja, cuja produção é reconhecida e com apenas 11,11% da indústria (no RS representa 20,99%). Essa realidade evidencia a existência de um baixo dinamismo de economia, o que pressupõe a necessidade de agregação de valor à produção da região.

Ainda, de acordo com a mesma fonte, no período de 2010 a 2014, a região apresentou um pequeno crescimento populacional de (0,86%), abaixo da média estadual (1,17%), sendo Bagé, o município da Campanha que apresentou a maior taxa de crescimento, (1,25%). Na agropecuária, destacam-se o cultivo de arroz e a criação de bovinos de leite e de corte e, mais recentemente, a soja. A Indústria, por sua vez, apresenta pouca participação na economia local, especialmente devido a fatores como a baixa densidade, a rede urbana dispersa e a pobreza, realidade que não suscita o surgimento de indústrias e de serviços que imprimam maior dinâmica à região.

Por outro lado, observa-se que há investimentos na Região da Campanha, especialmente para a fruticultura, através do Programa de Fruticultura Irrigada do Rio Grande do Sul, privilegiando-se culturas como a uva, o pêssego, a ameixa e o figo. Paralelamente, foram introduzidas outras atividades, como a cultura de oliveiras e o florestamento. Naturalmente, o perfil econômico da região vem sendo lentamente alterado, devendo, assim, proporcionar mais oportunidades, em diversas áreas.

Para Boisier (2001) o Desenvolvimento Regional consiste em um processo de mudança que ocorre a partir de uma área territorial denominada região, em que há o envolvimento da comunidade e/ou sociedade que habita aquele território. Segundo o autor, o progresso da

região deve ser entendido como um processo coletivo de transformação sistemática do território, considerado como um sujeito. Ou seja, o progresso da comunidade ocorre a partir do fortalecimento da sociedade civil e da percepção sobre a pertença regional, além de que o progresso de cada indivíduo está relacionado à busca da plena realização como pessoa humana.

Nessa perspectiva, entende-se que existe uma relação entre o tema da educação empreendedora e a região, pois se acredita que o desenvolvimento de uma região está associado à sua capacidade empreendedora. Boisier (2001) refere que a região consiste em um território organizado que contém, em termos reais ou potenciais, os fatores de seu próprio desenvolvimento, com total independência da escala. Atualmente existe uma ênfase e uma exigência com relação ao incremento da capacidade empreendedora, tanto no que se refere aos indivíduos isolados, quanto às empresas privadas (intraempreendedores), realidade presente também em organizações do terceiro setor e no serviço público (DOLABELA, 2003).

Gandin (1995) refere que, a partir de uma ótica liberal, defende-se que a educação representa uma instância de equalização de oportunidades, podendo contribuir para a transformação da sociedade capitalista a partir do aumento da ascensão social e da minimização das injustiças. Neste sentido, a educação seria considerada como o *locus* privilegiado para a concretização das mudanças e como preponderante para a garantia da igualdade de oportunidades para todos os indivíduos.

Entretanto, o que se observa é que o próprio sistema educacional não apresenta condições de ofertar uma educação que possibilite uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos devido a fatores como as desigualdades sociais, as condições de vida e de acesso das pessoas, questões culturais, econômicas, bem como, devido às diferenças evidenciadas a partir da efetivação da própria política de educação. Dolabela (2003) chama a atenção para a necessidade do sistema educacional tornar-se mais flexível, extrapolando o atendimento de metas quantitativas e contribuindo, também, para o processo de transformação de conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos e existenciais.

A análise sobre os aspectos econômicos da região denominada de “Metade Sul” do Rio Grande do Sul tem evidenciado a existência de um baixo desenvolvimento econômico. Entretanto, a partir de uma visão prospectiva, a médio e longo prazos, acredita-se que a inclusão de novas atividades poderá gerar um maior dinamismo econômico e, conseqüentemente, potencializar novas oportunidades em diversas áreas. Entende-se que o aproveitamento dessas oportunidades de mercado induz ao desenvolvimento econômico e

social que, por sua vez, depende de atitudes e de conhecimentos empreendedores que sejam geradores de emprego e de renda para uma determinada região. Para tanto, torna-se necessário que esse conhecimento empreendedor esteja inserido no processo de formação educacional dos jovens e adultos, mais precisamente a partir do Ensino Básico, contribuindo para a garantia do acesso ao mercado de trabalho.

O tema educação empreendedora no ensino fundamental, que em sua maioria tem ocorrido em escolas técnicas, ainda é muito recente. Os “projetos pilotos” em fase de ajustes carecem de avaliação, principalmente no que diz respeito aos principais atores envolvidos nesse processo. Parcerias estão sendo realizadas com o intuito de possibilitar aos alunos dessas escolas ações inovadoras e empreendedoras, respeitando-se as bases curriculares.

A educação empreendedora desenvolvida nas escolas de Ensino Básico deve contribuir, preferencialmente, para que haja a formação de um ambiente empreendedor favorável ao aproveitamento de novas oportunidades. Dörr (2013), em sua pesquisa intitulada “O ambiente empreendedor e o desenvolvimento regional do Vale do Paranhana/RS”, aborda a importância dos atores regionais na construção do ambiente empreendedor e faz referência à formação empreendedora, considerada como fator relevante para o desenvolvimento das habilidades e das características dos indivíduos.

No que se refere à atividade empreendedora, acredita-se que os sujeitos considerados como “empreendedores” contribuem para que haja um maior impacto no desenvolvimento econômico de um país e de uma região, pelo fato de estarem mais qualificados para desenvolverem negócios inovadores com a utilização de novas tecnologias DEGEN (1989). O Relatório Executivo do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2014) apresenta, a partir de uma pesquisa realizada com especialistas, que os elementos mais identificados como fatores limitantes para empreender no Brasil estão relacionados com as políticas governamentais, a educação, a capacitação e o apoio financeiro.

Em trabalho intitulado “A inserção do empreendedorismo na educação básica”, apresentado durante o XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Silva e Cária (2015), apontaram os resultados de uma pesquisa sobre o Estado da Arte das produções acadêmicas – teses e dissertações – publicadas no banco de dados da CAPES, a qual possibilitou uma visualização das áreas de conhecimento em que o tema vem sendo pesquisado. A referida pesquisa revelou as diversas áreas de abrangência em que o tema “empreendedorismo” é citado e evidencia que há poucos estudos sobre ele na educação básica, o que demonstra que o empreendedorismo ainda não se constituiu como objeto de

estudo nesta área. O estudo preliminar evidenciou, ainda, que a maior quantidade de trabalhos publicados está centrado na área da Administração, seguido da Educação.

Durante o IX Anped Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Coan (2011) enfatiza que o “aprender a empreender” se constitui como pilar da política educacional, conforme apontado pela UNESCO. Por outro lado, tendo como base o referido Relatório da UNESCO, Liberato (2016) afirma que a educação não deve ser considerada como uma estratégia salvadora, ou seja, não deve induzir ao desenvolvimento econômico, mas ser apontada, em uma perspectiva futura, como uma nova possibilidade de promoção da capacidade dos sujeitos em gerarem desenvolvimento, de forma cooperada com a sociedade em que vivem. O autor destaca, ainda, que o Comitê Organizador da Conferência Anual de Davos, patrocinador do Fórum Econômico Mundial, ao incluir em uma de suas reuniões o tema “Educando a próxima onda de empreendedores”, obteve repercussão favorável por especialistas, ocasião em que foram apresentadas experiências bem-sucedidas em todo o mundo.

Alguns autores que defendem o empreendedorismo destacam sua importância para a geração de riquezas e, conseqüentemente, para a redução das desigualdades sociais através de melhorias nas condições de vida da população por meio da geração de empregos (DORNELAS, 2001; DOLABELA, 1999).

No entanto, Lima (2008) refere sobre o empreendedorismo como possibilidade de exclusão dos trabalhadores não qualificados, bem como, enfatiza a realização profissional e a promoção social através do emprego formal. Nesse sentido, salienta-se que este trabalho não pretende questionar o avanço do empreendedorismo, mas sim fomentar a identificação de uma estratégia para a educação frente a uma realidade permeada pelo desemprego e por suas conseqüências.

Pochmann (2001) refere que o desemprego é considerado como um dos fenômenos sociais difíceis de serem resolvidos, pois o seu aumento, associado à falta de assistência adequada, pode contribuir fortemente para o crescimento da violência, o consumo de drogas e, conseqüentemente, para o desgaste do tecido social. Os jovens se constituem como um dos grupos populacionais mais afetados pela incidência do desemprego. Segundo dados do IBGE (2017), no trimestre encerrado em junho de 2017, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 13,0%, índice que corresponde 13,5 milhões de brasileiros desempregados.

Nesse sentido, o interesse pela educação empreendedora no Ensino Básico surge por se acreditar que este trabalho pode contribuir para o futuro da educação (empreendedora), tema que há muitas décadas vem atraindo a curiosidade e a preocupação de estudiosos e de algumas

instituições, devido à sua importância social, não apenas no Brasil, mas em nível mundial. Essa importância se destaca em uma época caracterizada pelo alto índice de desemprego e devido às consequências que esse fenômeno acarreta. Acredita-se que o fomento ao ensino empreendedor, através da Educação Básica, pode contribuir para que, desde cedo, noções de empreendedorismo sejam inseridas na vida daqueles que optem por ter seu próprio empreendimento ou empreender na profissão a ser seguida.

O desafio de se introduzir novos conteúdos e didáticas que superem obstáculos e resistências, possibilitando, através da educação para o empreendedorismo, o desenvolvimento de uma metodologia mais ativa e participativa em sala de aula, vem ocorrendo especialmente através de projetos como a “pedagogia empreendedora”, amparados em Fernando Dolabela (2003), por iniciativa própria dos gestores educacionais ou por meio de parcerias com o SEBRAE¹. Entre as principais causas para a existência de um reduzido ciclo de vida das micro e pequenas empresas têm sido evidenciados elementos como a falta de conhecimento daqueles que se “arriscam” a empreender em novos negócios. Conforme apontado por SEBRAE (2013, p. 19),

[...] tomando como referência as empresas brasileiras constituídas em 2007, e as informações sobre estas empresas disponíveis na SRF até 2010, a taxa de sobrevivência das empresas com até dois anos de atividade foi de 75,6%. Essa taxa foi superior à taxa calculada para as empresas nascidas em 2006 (75,1%) e nascidas em 2005 (73,6%). Como a taxa de mortalidade é complementar à da sobrevivência, pode-se dizer que a taxa de mortalidade de empresas com até dois anos caiu de 26,4% (nascidas em 2005) para 24,9% (nascidas em 2006) e para 24,4% (nascidas em 2007).

Observa-se que a extinção das empresas vem se mantendo em torno de um percentual de 25% com relação ao total daquelas que foram criadas, com ligeira tendência de queda, conforme aponta a pesquisa SEBRAE (2013). O grande problema, entretanto, refere-se ao impacto social que esse ciclo apresenta, acarretando, muitas vezes, consequências irreversíveis. Entende-se que a busca constante pelo conhecimento e pelas oportunidades, assim como a cultura empreendedora na educação dos jovens, a médio e no longo prazo, poderão contribuir consideravelmente para o Desenvolvimento Regional. Dornelas (2001, p.36) salienta que o Brasil necessita garantir

[...] a otimização do seu empreendedorismo de oportunidade. No entanto, ainda faltam políticas públicas duradouras dirigidas à consolidação do empreendedorismo

¹ Conforme será explicitado ao longo desse trabalho.

de oportunidades no país, como alternativa a falta de emprego, e visando respaldar todo esse movimento proveniente da iniciativa privada e de entidades não governamentais que estão fazendo a sua parte.

A busca pelo empreendedorismo motivada por necessidade, na maioria das vezes ocorre por pessoas que perdem espaço no mercado de trabalho, público que, conforme dados do SEBRAE, aumentou de 29% em 2014 para 43% em 2015, mantendo-se estável em 2016. Este tipo de empreendedorismo é gerado pela necessidade de sobreviver, de manter a renda. Consiste em um subemprego em que as pessoas são levadas a dedicar-se a algum tipo de atividade para a qual, na maioria das vezes, não estão preparadas, ocasionando resultados desfavoráveis e consequências sociais.

Segundo Degen (1989), o empreendedorismo motivado pela necessidade é formador, na sua grande maioria, de negócios considerados como “mediócras”, pois geram um mínimo de riqueza e de empregos, impactando muito pouco sobre no crescimento econômico de um país. Já o empreendedorismo motivado pela oportunidade é desenvolvido através da predisposição e da criatividade do empreendedor, elementos que, associados, podem se transformar, por exemplo, em um grande sucesso empresarial.

Segundo Melo Neto e Froes (2002), nesse contexto surge um novo paradigma, ou seja, uma maneira diferente de se pensar a comunidade e o seu desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ético e ambiental. O empreendedorismo social consiste, portanto, em uma nova forma de se pensar a comunidade. Na visão de Schindler e Naigeborin (2004), as iniciativas relacionadas ao empreendedorismo social buscam obter qualidade de vida, bem como, beneficiam comunidades menos privilegiadas, oferecendo oportunidades concretas de transformação de setores tradicionalmente excluídos das principais agendas nacionais.

Diante do exposto, através desta pesquisa propõe-se a responder o seguinte **problema**: Quais as percepções dos atores da Região da Campanha sobre a educação empreendedora desenvolvida a partir do Ensino Fundamental nas Escolas de Jovens e Adultos do município de Bagé, RS?

O **objetivo geral** desta pesquisa consiste em analisar as percepções dos atores da Região da Campanha sobre a educação empreendedora desenvolvida a partir do Ensino Fundamental nas Escolas de Jovens e Adultos do município de Bagé, RS. Para tanto, definiram-se os seguintes **objetivos específicos**: a) identificar as percepções dos atores regionais com relação à inclusão da disciplina de empreendedorismo nos currículos do EJA no município de Bagé e o desenvolvimento da Região da Campanha; b) traçar o perfil socioeconômico dos estudantes das Escolas de Jovens e Adultos do município de Bagé; c)

compreender a relação existente entre a educação empreendedora e a melhoria das condições de vida dos estudantes.

Para elaboração desta dissertação de mestrado realizou-se um estudo junto a 4 escolas municipais de Ensino Fundamental da cidade de Bagé, RS, que fazem uso da modalidade de ensino EJA e que estão utilizando a educação empreendedora (disciplina de empreendedorismo) de forma transversal. O desenvolvimento das atividades de empreendedorismo ocorreu mediante uma parceria estabelecida entre o SEBRAE, detentor da metodologia da educação empreendedora, e o Município de Bagé. Dessa forma, foram contempladas oito escolas com o objetivo de atender-se às orientações da Lei nº 9.394/96, em seu artigo 37 § 3º, à qual prevê que a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, podendo ser efetivada através de atividades profissionalizantes.

Para tanto, os sujeitos do referido estudo foram a Secretária da Educação do Município de Bagé, a coordenadora do projeto “Crescendo empreendendo” do SEBRAE, 04 coordenadoras das escolas, para os quais foi utilizado o método qualitativo de coleta através de entrevistas que permite entender a percepção desses sujeitos acerca da educação empreendedora. Para as 04 professoras da educação empreendedora das escolas e os 53 alunos que receberam este conhecimento foram utilizados questionários com perguntas fechadas procurando-se identificar o perfil do pesquisado e a percepção dos mesmos sobre a educação empreendedora, cuja aplicação se deu nas salas de aula das escolas indicadas pela Secretaria de Educação do Município. Para os professores também foram aplicados questionários fechados com o objetivo de ser obter o resultado da experiência e a percepção dos profissionais sobre a educação empreendedora na escola. Os dados coletados junto aos alunos e professores foram tabulados com a utilização do programa Excel 2010, que permitiu apresentar um relatório organizado com tabelas, sintetizadas e resumidas dos resultados da pesquisa. Os dados qualitativos foram analisados através da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979) e os quantitativos através do tratamento estatístico simples (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, incluindo-se esta introdução. Aborda-se, no segundo capítulo, a Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul, o Corede Campanha e as prioridades definidas na região para a Área da Educação. No terceiro capítulo serão referidos a Educação Empreendedora, o empreendedorismo e a perspectiva do Desenvolvimento Regional. No quarto capítulo será explicitada a Educação para Jovens e Adultos (EJA), a visão dos Atores Regionais sobre a Educação Empreendedora no Município

de Bagé, bem como, a relação desses elementos com o Desenvolvimento da Região da Campanha. Ao final, serão apresentadas as considerações finais.

2 A MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL, O COREDE CAMPANHA E AS PRIORIDADES DEFINIDAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Para efeitos de planejamento, a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988) o país é configurado através de cinco macrorregiões, são elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No ano de 1999, com a criação do Ministério da Integração Nacional houve uma retomada, no âmbito das políticas federais de desenvolvimento regional, da temática regional e do planejamento territorial. Posteriormente, foram criados o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas (PROMESO)² e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada em 2007 através do Decreto nº 6.047 (CARGNIN, 2014). Estas duas iniciativas governamentais, conforme salientado por Cargnin e Lima (2009), possibilitaram a inovação e a valorização das ações em escalas intermediárias da mesorregião geográfica, além de proporcionarem uma articulação entre os diferentes atores regionais e as políticas públicas.

A ação da PNDR deve ocorrer através das Mesorregiões³ Diferenciadas, do Semiárido, da Faixa de Fronteira e das Regiões Integradas de Desenvolvimento (BRASIL, 2007). Entre as Mesorregiões Diferenciadas encontra-se a Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (MesoSul), composta por 106 municípios, entre eles o de Bagé, objeto deste estudo⁴. Salienta-se que o município de Bagé também integra o Corede Campanha, conforme explicitado neste capítulo.

Nessa perspectiva, através destes capítulos serão apresentados, inicialmente, algumas características da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (MesoSul). Na sequência, apresentar-se-á o Corede Campanha e as prioridades definidas na região para a Área da Educação.

2.1 A Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (MesoSul)

A Metade Sul do Rio Grande do Sul, considerada como um espaço sub-regional, inserido na região fronteira entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina, vem ao longo do tempo, perdendo seu dinamismo econômico. A origem desse processo está relacionada com os ciclos

² Este programa foi criado devido à identificação da necessidade de se garantir uma integração, tanto em nível de Estado (relações federativas), como entre o Estado, a sociedade civil organizada e o setor privado, a partir do Ministério de Integração Nacional.

³ As mesorregiões podem ser consideradas como “[...] espaços territoriais intermediários no âmbito das cinco macrorregiões” (PERIN, 2004, p. 26).

⁴ Conforme será detalhado no Capítulo 4.

de expansão da economia brasileira, marcados pelo fim do ciclo das charqueadas, em Pelotas, no século passado (ETGES, 2010). A desindustrialização juntamente com a concorrência fomentada pelo Mercosul, fizeram com que a agricultura e a pecuária perdessem sua importância, cuja estagnação atingiu níveis críticos aumentando a pobreza na maioria de seus municípios. O setor primário da região foi incapaz de buscar uma diversificação que possibilitasse uma reorientação produtiva, suficiente para reverter a situação econômica da metade-sul.

Fatores de ordem macroeconômica tiveram sua parcela de contribuição na composição desse quadro, em primeiro lugar, a fragilidade da política econômica do Estado, que afetava a política agrícola, associada à dificuldade de acompanhar a economia mundial no processo de transformação tecnológico e competitivo, dificultando ainda mais o dinamismo dessas regiões. Segundo Alves e Silveira, (2008) apud Alonso e Bandeira, (1990, p. 71), na sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Região Sul, eram peculiares a concentração da propriedade e da renda, com um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão de obra.

O território sul-rio-grandense foi constituído por diferentes formas de ocupação, em que os fatores étnicos foram determinantes para a composição das diferenças existentes entre a Metade Sul e a Metade Norte. A Metade Sul caracterizou-se pela existência de propriedades com grandes extensões de terra, em que os primeiros habitantes foram de origem luso brasileira, ao contrário da Metade Norte, cuja ocupação se deu em pequenas áreas colonizadas por imigrantes alemães e italianos. Outra peculiaridade da Metade Sul é a baixa densidade demográfica, com a existência de poucos municípios e grandes distâncias, diferente da Metade Norte que é marcada por pequenas unidades territoriais, ou seja, muitos municípios e grande densidade populacional. Salienta-se que a população da Metade Sul já representou mais da metade do Estado no fim do século XIX e início do século XX, compreendendo, atualmente, pouco menos de 25%. Sua participação no PIB tem a mesma trajetória, de 38% na década de 1930 para apenas 17% na década de 1990.

A população da Mesorregião Sul teve sua participação reduzida em relação ao total do Estado devido às políticas migratórias que ocorreram na Metade Norte, assim como, devido à existência de pequenas distâncias entre os municípios, fatores que contribuíram sobremaneira para a dinamização de sua economia (ALVES; SILVEIRA, 2008).

A Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul é composta por 106 municípios distribuídos em uma área de 153.879 km² (ETGES, 2010). A população equivale à 2.600.000

habitantes distribuídos na maior área de fronteira do Mercosul, composta por 52% do território do Rio Grande do Sul e 25% de sua população (IBGE, 2000).

Segundo o Ministério da Integração Nacional, a Mesorregião da Metade Sul apresenta algumas características que merecem uma especial atenção, são elas: a crescente perda de dinamismo da economia regional, demonstrada pela progressiva redução de participação no PIB industrial do estado; a economia baseada principalmente no setor primário; a presença expressiva da grande propriedade e a reduzida diversificação de produtos; a baixa capacidade de absorção e/ou retenção de mão de obra, gerando êxodo rural e emigração regional; a dificuldade histórica de garantir uma articulação coletiva, seja através de associações ou de atividades comunitárias; o sentimento cultural baseado no individualismo e na ausência de empreendedorismo; e, uma parcela significativa da população do meio rural e urbano vivendo em condições precárias de moradia e de saneamento básico. (ETGES, 2010).

Estas características tornam-se mais evidentes quando se observa que a região contribui com apenas 16% do total do PIB do estado. Seus municípios apresentam, proporcionalmente, índices de desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média estadual. (ETGES, 2010).

A posição geográfica no contexto do Mercosul, solos de boa qualidade, abundância de recursos minerais, grande manancial hídrico, infraestrutura portuária fluvial e marítima, malha ferroviária e rodoviária são recursos que podem potencializar a Região do MesoSul. Ainda, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, a utilização dos recursos naturais, característica intrínseca do tecido econômico e vocação regional, serão determinantes para dinamizar a região. No entanto, o conhecimento, o “como fazer”, serão mais relevantes que o produto gerado em si, o que significa dizer que há necessidade dos recursos públicos serem orientados para a formação dos recursos humanos, melhorando, assim, a capacidade competitiva como um todo, gerando emprego e renda para a população local.

Tanto o governo estadual como o federal reconhecem as dificuldades socioeconômicas existentes nessa região, atribuídas a fatores como a falta de incentivos, tanto na capacitação gerencial, como em recursos financeiros, colocando os produtos e serviços produzidos em condição de baixa competitividade, principalmente para as pequenas e médias empresas. Nessa perspectiva, o Ministério da Integração Nacional aponta a criação de três estratégias e algumas ações tendo-se em vista a garantia do processo de crescimento da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, são elas: a) dinamização econômica: para tanto, foram previstas ações relacionadas com a diversificação econômica e competitividade, a educação para o desenvolvimento e a melhoria da infraestrutura regional; b) cidadania e a qualidade de vida: nesta estratégia, definiram-se como prioritárias ações que contemplem um processo de

gestão pública inovadora, uma saúde de qualidade, a educação, o saneamento básico e a erradicação da fome; c) uso sustentável dos recursos naturais: pressupõe-se a existência de ações relacionadas com o uso racional dos recursos naturais e a valorização do potencial turístico ecológico regional. (ETGES, 2010).

A área da Mesorregião Metade Sul abrange oito Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), são eles: Campanha, Central, Centro Sul, Fronteira Oeste, Sul, Jacuí Centro, Litoral, e Vale do Rio Pardo, sendo os últimos dois abrangidos de forma parcial. No item seguinte explicitam-se algumas características do Corede Campanha, os atores regionais, bem como, as prioridades definidas na região para a Área da Educação.

2.2 O Corede Campanha, os Atores Regionais e as prioridades definidas na Área da Educação

Os Coredes são instituições de deliberação coletiva da comunidade regional, sob a forma de entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Possuem como finalidade assessorar ao Governo Estadual na definição e no planejamento de diretrizes gerais para o desenvolvimento regional e estadual, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o desenvolvimento social e econômico utilizando-se recursos naturais e preservando-se o meio ambiente. Criados em 1991, os Coredes contemplam três objetivos básicos: “[...] regionalizar os investimentos públicos estaduais, estimular o processo de participação na elaboração do orçamento estadual e articular as organizações da sociedade civil como interlocutoras do Estado” (PERIN, 2004, p. 35).

O Corede Campanha integra a Região Funcional 6 e é composto por sete municípios, são eles: Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul. O COREDE se insere na Faixa de Fronteira do Brasil, compreendendo uma extensão de 150 quilômetros do sudoeste brasileiro. Bagé é a cidade com a maior população da região, composta por 120.104 habitantes em uma área de 4.095,5 km², perfazendo uma densidade demográfica de 29,32 habitantes por km² (FEE, 2015).

A execução das estratégias propostas através dos Coredes depende de legitimação dos atores regionais, que são, segundo Dubar (2004), personagens sociais que representam um coletivo, como por exemplo, participantes de sindicatos, associações, categorias, engajadas em ações estratégicas, representantes dos diferentes segmentos da sociedade que participam das deliberações que norteiam o desenvolvimento estadual, regional e local.

Os Coredes são considerados como “pilares” de sustentação de um novo modelo de gestão regional que tem, dentre outras características, o foco na participação e na articulação de atores sociais em uma escala territorial intermediária entre o estado e o município. Para destacar a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, Bandeira (1999) faz referência à necessidade da consulta aos segmentos da comunidade diretamente afetados, durante os processos que envolvem projetos e programas relacionados com o desenvolvimento regional e local. A participação da sociedade civil também é importante para assegurar a transparência das ações e para permitir o combate eficiente à corrupção no setor público. Bandeira (1999) salienta que estudos recentes apontam que a participação da sociedade está vinculada à acumulação de capital social — composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas — constituindo-se, desta forma, como fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento.

Nesse sentido, Alonso (2006) refere que a continuidade do processo de desenvolvimento de regiões mais pobres requer a consideração sobre a existência de alguns condicionantes, como a real necessidade de mudanças estruturais para se atingir os objetivos desejados, evitando-se frustrações e desesperanças nas comunidades; a certeza de que o desenvolvimento seja para todos, mantendo-se a ideia de inclusão; que o planejamento seja executado apresentando-se resultados do desenvolvimento; buscar-se com seriedade padrões descentes de bem estar; presumir-se que a liberdade de mercado proporcione padrões desejados de desenvolvimento; e, crer-se na competência endógena de algumas regiões para se desenvolverem.

Em geral, embora se acredite que a adoção de medidas típicas possa contribuir para a solução de problemas relacionados com as desigualdades regionais, experiências anteriores têm evidenciado que medidas dessa natureza são insuficientes para amenizar o estado em que essas regiões se encontram. Alonso (2006) refere que as disparidades regionais se manifestam em várias proporções, abrangendo desde recortes intra-urbanos ao território nacional como um todo. Muitas ações já foram promovidas, algumas de grande porte em várias regiões do país, inclusive no Estado do Rio Grande do Sul, porém, os resultados têm sido considerados muito modestos. Segundo o autor, essas ações são denominadas de soluções “convencionais”, ou seja, têm muito em comum, são repetitivas e incapazes de promover mudanças. Refere, ainda, que tais soluções apresentam, na maioria dos casos, a falta de aderência à economia local e regional, algumas caracterizadas pelo exotismo, como é o caso

da instalação de uma planta siderúrgica em Uruguaiana, a Zona de Processamento de Exportação em Rio Grande, do ramal em Erechim, a proposição da hidrovía para ligar os rios Uruguai e Jacuí, entre outros exemplos.

Acredita-se que as soluções para reduzir as desigualdades regionais devem partir de uma nova estratégia que deverá abranger diversos setores, escalas e custos, além de envolver variados agentes públicos e privados, sensibilizando grupos e classes sociais. Um segundo momento a considerar-se é que o desenvolvimento pretendido seja uma tarefa de todos para todos, muito embora se reconheça a dificuldade de mobilizar as comunidades em prol do desenvolvimento, acredita-se que esta é uma tarefa vital para que sejam alcançados os resultados desejados (ALONSO, 2006).

Nesse sentido, várias experiências de participação vêm sendo desenvolvidas desde o início do processo de redemocratização do País, incluindo desde a instituição de conselhos de representação da comunidade em setores determinados, como a saúde e a educação, passando por conselhos de representação mais ampla, como os Coredes, até a prática dos orçamentos participativos. Essas iniciativas consistem em exemplos de democracia direta (participativa), complementares aos mecanismos da democracia representativa. O importante é que esses espaços constituam áreas, públicas não estatais, onde a cidadania e as instituições construam articulações, formulações e deliberações sobre os problemas regionais.

A análise sobre as propostas de educação definidas e apresentadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDR) 2017-2030 evidenciam que a Região da Campanha é considerada como um polo educacional por dispor de instituições de ensino superior, públicas, privadas e comunitárias, escolas de formação técnica e institutos de pesquisas, além da rede de Educação Básica. No que se refere à Educação Básica, a região apresenta uma pequena evolução segundo dados IDESE (2013), cujo índice nesta área é de 0,6784, muito próximo ao índice do Rio Grande do Sul que é 0,6790. No Ensino Médio, a região se destaca por ter atingido a marca de 0,8410, acima do índice do RS, equivalente a 0,7521.

Ainda em relação à Educação Básica, Bagé apresenta uma taxa de analfabetismo de 4,93%, sendo o único município da região da Campanha que apresenta um índice próximo ao do Estado do Rio Grande do Sul, equivalente a 4,53%, de acordo com IDESE (2010).

O PEDR (2017-2030) destaca o “saber fazer” local, enraizado no modo de vida da população da Campanha. O fato de a região estar inserida em uma faixa de fronteira requer a disponibilização de investimentos no contexto da educação formal e informal que possa, de alguma forma, contribuir para a geração e a distribuição de renda.

No Ensino Fundamental, segundo o IBGE (2015), o período entre 2005 e 2015 apresenta uma redução no número de matrículas, não somente na Região da Campanha, que foi de -23,90%, bem como, em todos os municípios que a compõe. Este decréscimo ocorreu também com relação ao número de professores, na ordem de -22,69%, bem como, em relação ao número de escolas de 22,65%.

Quadro semelhante ocorreu no Ensino Médio, em que, no mesmo período, o número de matrículas na região apresentou um decréscimo de -26,69%, considerando-se que durante este período a permanência do aluno na escola foi incentivada pelo Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), muito embora tenha aumentado o número de escolas em 18,52% e havido uma diminuição mínima no número de professores de -0,72%.

Através do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional (2017-30) foram definidas nove diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da Região da Campanha, dentre elas destaca-se a diretriz voltada para a área da educação. Através desta diretriz enfatiza-se a inclusão e a acessibilidade em todos os níveis, como fonte de perspectivas para o jovem na educação profissional, formação técnica e superior, orientada para a pesquisa científica e tecnológica e para o desenvolvimento da região. Salienta-se que o documento apontou, também, alguns desafios e vulnerabilidades presentes na Região da Campanha, como a falta de estímulo ao empreendedorismo, a permanência na região, a precariedade das escolas públicas e o ensino a distância.

Nesse sentido, foram elaborados oito projetos orientados para a diretriz estratégica 4, com “Ênfase na educação, inclusiva e acessível, em todos os níveis, como fonte de perspectivas para o jovem e na educação profissional, formação técnica e superior, orientada para a pesquisa científica e tecnológica e para o desenvolvimento da região” (COREDE CAMPANHA, 2017, p. 174), conforme referido no Quadro 1.

Salientam-se, em especial, os Projetos P2, P3 e P4 que preveem, respectivamente, a realização de cursos técnicos e profissionalizantes; a criação de programas de formação e de aperfeiçoamento de professores da Educação Básica e Profissionalizante; e a Educação Empreendedora. Os projetos direcionados para os cursos técnicos profissionalizantes e o programa de aperfeiçoamento dos professores da Educação Básica e Profissionalizantes têm como foco principal, respectivamente, a garantia do acesso de alunos do meio rural à Educação Básica, de ciência, tecnologia e humanidades, bem como, a formação continuada dos professores na perspectiva da criação de novas propostas educacionais que estejam de acordo as características sócio-histórico cultural da região da Campanha.

Já o Projeto relacionado com a educação empreendedora visa ao fomento da educação empreendedora na Região da Campanha, potencializando competências empreendedoras do meio urbano e rural, tendo-se como ênfase o estudante do ensino formal. Nessa perspectiva, torna-se fundamental que os professores tenham, de fato, uma formação continuada que possibilite o estímulo e o fomento das competências empreendedoras dos alunos. Salienta-se que esses aspectos serão retomados no capítulo 4, ao serem apresentados os dados coletados junto aos sujeitos que foram entrevistados neste estudo.

Quadro 1: Projetos Orientados para a Matriz Estratégica 4 – Ênfase na Educação

(continua)

Título do Projeto	Objetivos
P 4.1 Educação Itinerante no meio rural	Promover a ampliação do acesso dos alunos da educação básica à educação de ciência, tecnologia e humanidades no meio rural.
P 4.2 Cursos Técnicos e Profissionalizantes	Promover a ampliação do acesso dos alunos da educação básica à educação de ciência, tecnologia e humanidades no meio rural.
P 4.3 Programa de formação e aperfeiçoamento de professores da Educação Básica e profissionalizante	Contribuir para a qualificação da educação da Região da Campanha, a partir de cursos de formação continuada de professores, bem como de intercâmbio de propostas didáticas entre docentes das escolas públicas em seminários semestrais, em busca de novas propostas educacionais condizentes com as características sócio-históricas culturais da Região da Campanha.
P 4.4 Educação Empreendedora	- Fomentar a cultura e a educação empreendedora nas regiões da Campanha, contribuindo para o desenvolvimento de competências empreendedoras, junto ao público com potencial empreendedor, com ênfase no estudante do ensino formal. A atuação do programa se dá junto a redes de ensino, rural e urbano, de modo que o trabalho na formação continuada de professores é fator crítico de sucesso do projeto.
P 4.5 Rede de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva	- Verificar a possibilidade e o potencial de desenvolvimento de Tecnologias Assistivas (TA) na Região, através de novas metodologias para o desenvolvimento de ferramentas computacionais com o intuito de melhorar a usabilidade para pessoas com deficiências. - Oportunizar aos educadores e acadêmicos, que atuem como desenvolvedores e analistas a experiência de exercer a prática do conhecimento teórico adquirido nas diversas áreas da informática. - Fomentar a cultura da utilização de metodologias que primam a usabilidade para pessoas com algum tipo de deficiência. - Fomentar a cultura da tecnologia assistiva e promover uma rede de pesquisa multidisciplinar. - Promover ações de extensão em prol da inclusão social através de palestras, cursos de formação complementar, oficinas, eventos comunitários, entre outros.

(conclusão)

P 4.6 Programa de Iniciação Profissional, Científica e Tecnológica da Campanha	Contribuir para a qualificação da educação da Região da Campanha, a partir de cursos de formação continuada de professores, bem como de intercâmbio de propostas didáticas entre docentes das escolas públicas em seminários semestrais, em busca de novas propostas educacionais condizentes com as características sócio-históricas culturais da Região da Campanha.
P 4.7 Programa de Bolsas para Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação da Campanha	Contribuir para a qualificação da educação da Região da Campanha, a partir de cursos de formação continuada de professores, bem como de intercâmbio de propostas didáticas entre docentes das escolas públicas em seminários semestrais, em busca de novas propostas educacionais condizentes com as características sócio-históricas culturais da Região da Campanha.
P 4.8 Programa robótica educacional	- Propor estratégias de ensino interdisciplinar, a partir da robótica educacional, com vistas ao desenvolvimento cognitivo e à emancipação sociodigital de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

Fonte: Corede Campanha (2017, p. 175-197).

No próximo capítulo serão abordados os temas da Educação Empreendedora, o empreendedorismo e o Desenvolvimento Regional.

3 A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E O EMPREENDEDORISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A educação empreendedora ou a formação de empreendedores, como também é chamada, constitui-se como elemento considerado vital para o desenvolvimento de um país, especialmente em tempos de economia globalizada em que a competição impõe constantes desafios à sua população. Ao longo do tempo, os efeitos da globalização vêm alterando os padrões de relações sociais e políticas, exigindo o aumento da capacidade empreendedora para combater aos níveis de emprego que se estabeleceram, não só no Brasil, como em nível mundial. Tal processo se deu devido à adequação de grandes empresas a uma nova realidade do mercado, sendo forçadas, pela competição, a tornarem-se mais enxutas e flexíveis. Na década de 1970 o Estado e as grandes empresas eram considerados como as únicas bases de sustentação econômica essenciais para a sociedade. Nos anos de 1980 a mundialização e os efeitos já mencionados, associados a alguns fatores como o endividamento, fizeram com que os governos também se adequassem a esta nova ordem econômica. A partir disso, as grandes criadoras de empregos passaram a ser as pequenas e médias empresas, consideradas como aquelas que possuem como característica fundamental a dependência ao ambiente local em que estão inseridas (DOLABELA, 2008).

Para explicar a dinâmica territorial, a globalização e as diferentes reações de cada região, Becker e Wittmann (2008) afirmam que o seu dinamismo econômico depende, cada vez mais, dos pequenos e médios empreendimentos que, devido à sua flexibilidade, conseguem absorver mais mão de obra, se comparados às grandes empresas automatizadas. Salienta-se que não se pretende neste estudo abordar o empreendedorismo voltado apenas à criação de empresas, embora se reconheça a importância econômica e social que elas, independente de tamanho, apresentam para uma determinada região.

Nesse sentido, neste capítulo será abordado, inicialmente, o tema da educação empreendedora, apresentando-se alguns elementos históricos e sua relação com o empreendedorismo e o desenvolvimento regional, elementos abordados na sequência.

3.1 A Educação Empreendedora

No contexto internacional, a educação empreendedora vem sendo tratada como estratégia para enfrentar a pobreza e o desemprego, diante do cenário mundial caracterizado pela competitividade. Através do Projeto Regional de Educação para a América Latina e

Caribe (PRELAC, 2004) vários organismos internacionais, dentre os quais a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento da Educação (OCDE), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), se manifestaram favoravelmente a respeito do estímulo ao empreendedorismo. Considera-se, a partir disso, que o empreendedorismo representa um elemento básico para a garantia do desenvolvimento econômico através da geração de empregos, da criação de novos serviços e de novas fontes de renda. Ainda, um dos focos estratégicos do PRELAC (2004, p. 9) consiste na orientação para o desenvolvimento de conteúdos e de práticas que contemplem a construção de “[...] sentidos sobre nós mesmos, os outros e o mundo em que vivemos”, o que requer uma compreensão sobre o “[...] sentido da educação num mundo de incerteza e mudança”. O projeto cita os quatro pilares de aprendizagem do Relatório Delors⁵ e representa uma importante orientação para a análise sobre os sentidos da educação, “aprender a ser, a conhecer, aprender a fazer e a viver juntos” e enfatiza a importância de um pilar adicional que consiste em “aprender a empreender” (PRELAC, 2004).

A Pedagogia Empreendedora, com base em Dolabela (2003, p. 26), considera o empreendedor como “[...] alguém capaz de gerar novos conhecimentos a partir de uma dada plataforma constituída por “saberes” acumulados na história de vida do indivíduo contemplado em “quatro pilares da educação”, são eles: aprender a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, conforme consta no “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI”. Tais conhecimentos tratam de questões como as características do indivíduo, sua criatividade e aplicabilidade, o controle dos recursos para atingir seus objetivos; a confiança de que suas ações podem “fazer a diferença”; a segurança em suas habilidades, a fé e paixão para fazer o melhor em menos tempo; a coragem para assumir riscos e romper paradigmas; as capacidades para construir relações e cooperar; a capacidade de identificar oportunidades. O autor enfatiza a existência do ambiente do “sonho” e da “emoção”, pois, segundo ele, sonho e visão, aliados ao conhecimento, permitem ao indivíduo detectar oportunidades, estabelecer objetivos e concretizá-los através de ações (DOLABELA, 2003).

Acredita-se estar diante do conhecimento sobre o empreendedorismo que remete ao questionamento sobre a possibilidade de, efetivamente, se garantir que ele seja ensinado.

⁵ No período de 1992 a 1996 Jacques Delors presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESCO, tendo sido autor do relatório "Educação, um Tesouro a descobrir", em que se exploram os Quatro Pilares da Educação.

Dornelas (2001, p. 38) refere que anteriormente o empreendedor já “nascia pronto”, como algo inerente a determinados indivíduos, em que o sucesso nos negócios seria algo garantido. Atualmente, o ensino empreendedor tem recebido mais espaço. Identifica-se um número cada vez maior de pessoas que estão buscando se capacitar para criarem empresas mais perenes e sustentáveis no mercado. Para o autor, o ensino empreendedor trará grande contribuição para qualificar os empresários, as empresas e, conseqüentemente, contribuir para que haja maior geração de riquezas ao país. Acredita-se que o “espírito empreendedor”, importante componente do capital social, constitui-se como um potencial inerente a qualquer ser humano, porém, o seu desenvolvimento depende fundamentalmente do meio em que cada indivíduo vive.

Coan (2011) refere que a partir dos anos de 1980 a educação voltada ao empreendedorismo obteve avanços em diversos países através do surgimento de pesquisas desenvolvidas especialmente nas áreas de ciências humanas e gerenciais. Tais pesquisas eram voltadas a diversos temas, como o comportamento empreendedor, a pedagogia e a cultura empreendedora, o empreendedorismo e a sociedade, o empreendedorismo e pequenos negócios, as novas oportunidades, a intra-empreendedorismo, o autoemprego, entre outros. Ressalta-se, também, que o empreendedorismo aparecia de forma transversal em diversas disciplinas.

No Brasil, o tema do empreendedorismo surgiu, inicialmente, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, em 1981. A partir disso, gradativamente novas experiências foram se consolidando e as universidades, através do ensino, pesquisa e extensão, foram e continuam sendo as principais fontes e incentivadoras desse processo de desenvolvimento e de socialização da educação empreendedora. Esse “saber”, nos dias atuais, mesmo que de forma incipiente e transversal, está chegando à educação básica.

Esta nova realidade é caracterizada por fatores como a velocidade das informações, o progresso no campo das inovações, o surgimento de novos modelos de gestão, o incentivo à criatividade inventiva, entre outros. Estes elementos geram influências e passam a alterar as relações de trabalho e, conseqüentemente, o próprio perfil do emprego, exigindo dos trabalhadores a busca por novos conhecimentos e novas oportunidades, o estabelecimento de relações de interdependência e um perfil mais empreendedor. Embora sejam consideradas como variáveis complexas, vitais para transformar conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos e existenciais em riqueza social, observa-se que a educação e o desenvolvimento do aprendizado cultural na perspectiva de geração de competências, ainda não está

acompanhando essa evolução. O empreendedorismo passou a ser visto como um mecanismo acionador de processos que podem gerar ações e transformações na direção do desenvolvimento econômico, social, regional e em nível nacional, motivos pelo quais passou a ser incentivado nas últimas décadas.

Observa-se que o ensino empreendedor está se tornando bastante comum em algumas universidades devido às orientações propostas pela grande maioria das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos superiores. Porém, como o objeto deste estudo se refere ao ensino empreendedor nas escolas de Educação Básica, ou seja, no Ensino Fundamental e Médio, não será aprofundado este tema na universidade.

O relatório executivo do GEM (2014), cujo projeto tem como objetivo compreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico em quase 100 países, apresenta, entre as principais recomendações de especialistas, a inclusão do conteúdo que trata do empreendedorismo nos três níveis da educação de forma sistemática e consistente, visando ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora na sociedade como um todo. Dessa forma, no Ensino Fundamental deveria haver o primeiro contato com o empreendedorismo, no Ensino Médio deveriam ser contemplados planos de negócios e estimulada a criação de empresas. No Ensino Superior, por sua vez, deveria haver um foco no empreendedorismo considerado como uma “carreira”, voltando-se mais para o mercado. Foi sugerido também, que houvesse uma maior motivação das instituições de ensino para o estímulo da criatividade e da conscientização sobre a importância do empreendedorismo para a economia do país em todos os âmbitos, nas escolas, nos cursos técnicos e nas universidades brasileiras.

Essas mesmas recomendações aparecem no relatório executivo do GEM (2017) em que está enfatizado que, quanto mais cedo for disseminado o ensino empreendedor, maior será a probabilidade de haver jovens empreendedores com condições de obterem êxito em ações empreendedoras. Para Dolabela (2008, p. 28)

[...] a educação nos dias de hoje deve dotar o jovem de autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e produzir riqueza, coragem de assumir risco e crescer em ambientes instáveis, visto que, diante das condições reais do ambiente, são esses os valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento.

Porém, o que se observa é que ensino continua voltado para o mercado de trabalho, ou seja, para a formação profissional orientada à empregabilidade. Cabe ressaltar que a formação profissional deveria também contemplar elementos como a permanência no emprego, dando

condições ao empregado de “vender” melhor o seu trabalho e atingir um grau de empregabilidade exigido pelo mercado.

Salienta-se que o projeto *Global Entrepreneurship Monitor – GEM* –, no Brasil, possui foco no sujeito empreendedor e não no empreendimento propriamente dito. O empreendedor, para o GEM (2017, p. 6), é considerado como o “[...] indivíduo que realizou esforços concretos na tentativa de criação de um novo empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, ou uma empresa, seja ela formalizada ou não, bem como a expansão de um negócio já existente”.

Salienta-se a importância de se compreender a relação existente entre as políticas públicas voltadas para a educação profissional e o empreendedorismo. Nessa perspectiva, Pavan (2018) realiza uma pesquisa a partir da Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Em sua pesquisa de mestrado Pavan (2018) apresenta uma avaliação sobre a relação existente entre as terminologias “empregável”, “competente”, “hábil”, “polivalente”, dentre outras, com o termo “empreendedorismo”. Segundo ele, de um modo geral os governos se preocuparam com os setores produtivos, o que teria ocasionado o surgimento do interesse em se manter uma “força de trabalho” mais qualificada, mantendo-se o foco no mercado e não no sujeito, como já foi referido anteriormente.

O autor refere, ainda, que a LDB (BRASIL, 1996) resultou de um processo de disputas entre diferentes concepções de sociedade e de educação. No que se refere à Educação Profissional, a LDB apresenta um capítulo à parte do capítulo do Ensino Médio que se refere à reforma que estaria prevista para ocorrer logo após a aprovação da legislação, por meio do Decreto nº 2.208/97, publicado em 17 de abril de 1997 sob o título “Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”, que estabelece as “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Embora o referido Decreto tenha sido revogado em 1997 pelo Decreto nº 5.154, de 2004, salienta-se aspectos importantes relacionados com o objeto deste estudo, conforme consta no Art. 1º, inciso IV, que trata sobre os objetivos da educação profissional:

[...] qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Art. 2º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou em ambientes de trabalho (BRASIL, 1997, p. 1).

Identifica-se que no Decreto nº 2.208 BRASIL, 1997) a educação profissional abrange todas as etapas da educação, do Ensino Fundamental ao Ensino Superior, tendo como foco o “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Segundo Pavan (2018), tal afirmação fica mais evidente no item IV quando se refere aos objetivos da Educação Profissional:

[...] promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho do exercício do trabalho (BRASIL, 1997a, p. 1).

Segundo Pavan (2018) esse texto não se refere ao empreendedorismo, mas está diretamente relacionado com as exigências do mercado de trabalho, visto que a educação profissional de nível básico precisa assegurar conhecimentos que permitam ao trabalhador “reprofissionalizar-se”, qualificar-se, atualizar-se para atender as necessidades do mercado de trabalho, sem que haja preocupação curricular institucional por parte do Estado. (BRASIL, 1997a).

No Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997a), observa-se também a existência de uma relação com os princípios do empreendedorismo ao ser feita referência à formulação dos currículos plenos dos cursos do ensino técnico, em que se privilegia disciplinas e cargas horárias mínimas obrigatórias; conteúdos básicos; habilidades e competências, por área profissional, especialmente no artigo 6º, conforme pode ser observado a seguir:

a formulação dos currículos plenos dos cursos do ensino técnico obedecerá ao seguinte: I - o Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação, estabelecerá diretrizes curriculares nacionais, constantes de carga horária mínima do curso, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas, por área profissional; II - os órgãos normativos do respectivo sistema de ensino complementarão as diretrizes definidas no âmbito nacional e estabelecerão seus currículos básicos, onde constarão as disciplinas e cargas horárias mínimas obrigatórias, conteúdos básicos, habilidades e competências, por área profissional; III - o currículo básico, referido no inciso anterior, não poderá ultrapassar setenta por cento da carga horária mínima obrigatória, ficando reservado um percentual mínimo de trinta por cento para que os estabelecimentos de ensino, independente de autorização prévia, elejam disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas da sua organização curricular (BRASIL, 1997a, p. 3).

No que se refere aos pressupostos do empreendedorismo, Pavan (2018) salienta que o referido Decreto relaciona a “identificação do perfil de competências necessárias à atividade

requerida”, fomentando, inclusive, a importância de serem considerados trabalhadores e empresários no processo de atualização permanente do perfil e das competências, conforme se observa através do art. 7º do Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997a, p.1):

para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empregadores. Parágrafo único. Para atualização permanente do perfil e das competências de que trata o caput, o Ministério da Educação e do Desporto criará mecanismos institucionalizados, com a participação de professores, empresários e trabalhadores.

Em 2015 o Senador José de Agripino (DEM/RN) apresentou uma proposta de alteração da LDB (BRASIL, 1996) através do Projeto de Lei do Senado nº 772, de 2015, indicando que nos currículos do Ensino Fundamental, Anos Finais e do Ensino Médio fosse contemplado o empreendedorismo como tema transversal. O referido Projeto orienta, ainda, que o empreendedorismo seja considerado como uma diretriz dos conteúdos curriculares da Educação Básica e, por fim, estabelece como finalidade da Educação Superior o estímulo ao empreendedorismo e à inovação, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção. Entretanto, o referido Projeto de Lei não teve êxito, sendo arquivado ao final da legislatura.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicado no D.O.U. em 21/12/2017, Seção 1, Pag. 146, cujo caráter é normativo e aplica-se exclusivamente à educação escolar, orienta para que as aprendizagens essenciais assegurem aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, dentre as quais destacam-se duas que podem potencializar a construção de disciplinas voltadas ao empreendedorismo. A primeira delas refere-se à importância da valorização da diversidade de saberes e de vivências culturais a partir da apropriação de conhecimentos e de experiências, facilitando-se, desta forma, o entendimento sobre as relações com o mundo do trabalho e contribuindo para a concretização de escolhas alinhadas com o exercício da cidadania e a um projeto de vida que pautado na liberdade, na autonomia, consciência crítica e na responsabilidade. A segunda competência desafia o jovem a agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, contribuindo para que sejam tomadas decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Salienta-se que tais competências representam um grande avanço para a construção da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades e à formação de atitudes e valores.

Para Dolabela (2003), o ensino empreendedor contribui para que, a partir do “sonho”, novos conhecimentos promovam significativas mudanças para a coletividade, muito embora se reconheça que o sonho, por si só, não seja suficiente para caracterizar uma ação empreendedora, pois é necessário materializá-lo, torná-lo viável. Nesse sentido, acredita-se que as condições favoráveis ao desenvolvimento de uma localidade dependem muito de empreendedores que articulem esse processo, daí a importante relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico local.

Por outro lado, Hisrich (2009, p.41) considera que “[...] os incentivos do governo federal e regional deverão continuar no futuro, à medida que mais legisladores compreenderem que novas empresas geram empregos e aumentam a produção econômica de uma região”. Dolabela (2008) refere que o nível local é o meio ambiente imediato para ações empreendedoras, em que os atores de uma determinada localidade, sejam eles públicos ou privados, contribuem para o fornecimento dos mais variados recursos para que as condições sejam favoráveis ao surgimento de novas oportunidades.

No que diz respeito aos recursos necessários ao desenvolvimento de um município ou de uma região, Julien (2010) destaca a necessidade de haver um sistema de organizações públicas e, no caso do Brasil, também privadas, como escolas e faculdades e/ou universidades, associações profissionais, instalações da administração pública, entre outros. Consideram-se também como recursos importantes uma variedade de organizações que forneçam serviços às empresas, como agências, laboratórios, financeiras, entre outras, que podem ter laços com outros municípios e regiões para suprir a necessidade local. Todos esses recursos podem ser compartilhados entre os municípios e/ou regiões a fim de se facilitar o acesso, complementando-se na busca do ambiente empreendedor favorável.

3.2 O empreendedorismo e o Desenvolvimento Regional

Hisrich (2009) refere que a elaboração da teoria do empreendedorismo é paralela, em grande parte, ao próprio desenvolvimento do termo, pois não existe uma definição que seja concisa e universalmente aceita. O termo *entrepreneur* é de origem francesa e significa

“aquele que está entre” ou o “intermediário. Nessa perspectiva, o empreendedor é considerado como aquele que assume riscos e inicia algo novo⁶.

Para Fillion (1991), citado por Dolabela (1999, p. 28), “[...] um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”. Julien (2010, p. 24) considera o empreendedor como um ser ligado à coletividade. Assim, ele não pode agir sozinho, necessita dos impulsos e do apoio do meio, em particular de agentes com quem possui maior proximidade, como a família, os sócios, os funcionários, os parceiros de negócios, além de outras pessoas que servem de modelo ou que fornecem informações úteis.

Na Idade Média, o significado dado à palavra empreendedor era atribuído tanto ao participante como a um administrador de projetos. No século XVII ressurgiu a associação do risco ao empreendedorismo, período em que o destaque foi atribuído ao banqueiro John Law, que após conquistar o monopólio do comércio francês, foi ao colapso. O economista Richard Cantillon desenvolveu uma das primeiras teorias sobre o empreendedor, sendo considerado como um dos criadores do termo. O século XVIII é marcado pelo fornecedor do capital aos empreendedores, cuja época é sinalizada pelas invenções e pela industrialização. A partir do século XIX o empreendedor é visto como aquele que organiza e dirige uma empresa, visando ao lucro pessoal. Para tanto, utiliza-se de sua iniciativa, habilidades, engenhosidade no planejamento e na administração da empresa, mesmo que as possibilidades de auferir ganhos e perdas sejam eminentes. Em meados do século XX, o empreendedor passa a ser considerado como alguém que desenvolve algo único, inovador. Neste momento, sua função é revolucionar o padrão de produção através de uma invenção, produzir um novo bem ou revitalizar o antigo. A partir desse novo conceito, a inovação e as novidades tornam-se inerentes ao empreendedorismo. (HISRICH, 2009).

Schumpeter (1982, p. 49) salienta que o empreendedorismo está diretamente relacionado ao aproveitamento de oportunidades, pois, segundo ele, “[...] há sempre trabalhadores desempregados, matérias-primas não vendidas, capacidade produtiva não utilizada, e assim por diante”, circunstâncias que se constituem como condições favoráveis ao surgimento de novas combinações. Nesse sentido, pode-se dizer que o empreendedor é o agente que fomenta a vida econômica no processo de desenvolvimento de uma região, em que o sucesso depende de fatores como a intuição, a capacidade de ver o futuro e de assumir riscos.

⁶ Hisrich (2009) utiliza Andrew Carnegie, “homem da indústria do aço”, como exemplo que caracteriza a definição de empreendedor.

Hisrich (2009) salienta que a maioria das definições de empreendedorismo apresentam características comportamentais semelhantes, relacionadas com elementos como a tomada de iniciativas, a organização e reorganização de mecanismos sociais e econômicos nas organizações, bem como, a capacidade de aceitar os riscos e o fracasso. A partir disso, o autor define empreendedorismo como sendo “[...] o processo de criar algo novo com valor, dedicando tempo e esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal”. (HISRICH, 2009, p. 29).

Para Dolabela (1999) empreendedorismo significa a tradução de *entrepreneurship*, cujo termo é de grande abrangência, pois além de se ocupar da criação de empresas, relaciona-se com elementos como o autoemprego, as ações comunitárias, o empregado empreendedor (intra-empreendedorismo) e a atuação no setor público.

Vankataraman (1997) citado por Julien (2010, p. 14) compreende o empreendedorismo como “[...] uma nova produção de bens e serviços, aproveitando-se uma oportunidade, com todas as suas consequências”, ou ainda como “novas iniciativas de negócios inicialmente concebidos e em seguida desenvolvidos” para atingir o mercado. Nessa perspectiva, o empreendedorismo depende fundamentalmente do ambiente socioeconômico, período histórico e dos lugares em que se situa a sua finalidade.

Timmons (1994) citado por Dolabela (1999, p. 29) refere que o empreendedorismo pode ser considerado como “[...] uma revolução silenciosa que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX”. Para Hisrich (2009, p. 41), “uma coisa é clara: o futuro do empreendedorismo parece brilhante. Estamos vivendo na era do empreendedor, com o empreendedorismo sendo endossado por instituições educacionais, unidades governamentais, sociedade e corporações”.

Pandolfi e Lopes (2013) destacam que a defesa do empreendedorismo é de vital importância para a geração de riquezas, contribuindo, conseqüentemente, para a redução das desigualdades sociais e influenciando positivamente na qualidade de vida da população através da geração de empregos. Franco (2000), citado por Dolabela (2003, p.32), refere sobre o potencial do empreendedorismo existente em cada comunidade, o que seria capaz de reduzir desigualdades, pois

[...] empreendedorismo significa protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e comunidades que através de sua capacidade constroem o seu desenvolvimento através da cooperação sistêmica, que utiliza tanto a sinergia intracomunitária como a gerada pela conectividade construtiva entre os diversos âmbitos político-sociais que as caracterizam.

Dolabela (2003, p. 17) enfatiza que a análise sobre o desenvolvimento no Brasil “[...] deve privilegiar o desenvolvimento humano e social, integrador e sustentável”. Ressalta ainda, que o empreendedorismo é o elemento do capital humano mais importante para o desenvolvimento, enquanto o capital social diz respeito à mobilização da comunidade em prol da construção da prosperidade social e econômica. Julien (2010) acrescenta que a criação de novas empresas não pode ser concebida fora da sociedade que as impulsiona, incluindo-se a cultura nesse contexto.

Dolabela (1999) evidencia que o desenvolvimento econômico de uma região tende a estar diretamente relacionado com o grau de empreendedorismo de uma comunidade. A partir dessa perspectiva, o empreendedorismo passa a ser considerado como o gerador de ações e de transformações, rumo ao desenvolvimento das regiões e do país.

Empreendedorismo representa protagonismo social, ruptura de laços de dependência, crença dos indivíduos e comunidades na própria capacidade de construir o seu desenvolvimento através da cooperação sistêmica, o que significa assumir a responsabilidade pela construção de seu próprio destino. Aqui estão embutidos dois conceitos muito importantes, a capacidade da comunidade de tornar dinâmicas as suas potencialidades, e a localidade, considerada como palco do desenvolvimento, isto é, “[...] como espaço para o exercício de novas formas de solidariedade, parceria e cooperação” (FRANCO, 2000 apud DOLABELA, 2003, p. 32).

Dallabrida (2010) utiliza-se do conceito de Siedenberg para definir Desenvolvimento Regional, considerando-o como um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem em determinada região. Tal recorte regional tem como referência aspectos geográficos, administrativos, econômicos, físico-naturais, culturais, políticos, etnográficos, dentre outros.

No próximo capítulo será explicitada a Educação para Jovens e Adultos (EJA), a visão dos Atores Regionais sobre a Educação Empreendedora no Município de Bagé, bem como, a relação desses elementos com o Desenvolvimento da Região da Campanha.

4 A EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE BAGÉ E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA CAMPANHA

Neste capítulo será abordado o tema da Educação para Jovens e Adultos (EJA) ofertado no município de Bagé, Região do Corede Campanha. Na sequência, serão apresentadas algumas considerações a partir da visão dos Atores Regionais sobre a Educação Empreendedora no Município de Bagé e o Desenvolvimento da Região da Campanha.

4.1 As Escolas de Jovens e Adultos (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) consiste em uma modalidade de ensino destinada a contemplar etapas dos Ensinos Fundamental e Médio de jovens e adultos que não finalizaram, em tempo escolar correspondente a idade, os estudos da Educação Básica. Esse processo pode ser ocasionado por diversos fatores como dificuldades financeiras da família, reprovação ou desistência durante o ensino regular, desinteresse pelo conteúdo escolar, necessidade de afastamento dos estudos devido ao trabalho, e o fato de estar afastado da escola por um longo período, entre outros.

A Educação Básica voltada para adultos começou a ser evidenciada no Brasil no início na década de 1930, momento em que se consolidava também o ensino público. A partir de então, o país passa por grandes mudanças decorrentes de fatores como o processo de industrialização, a concentração populacional nos grandes centros urbanos, a ampliação da educação elementar, inclusive para os adultos, sob a responsabilidade dos governos estaduais e municipais.

Ribeiro (2001) refere que fatos históricos como o fim da ditadura de Vargas, em 1945, e término da Segunda Guerra Mundial contribuíram para que a Organização das Nações Unidas (ONU) chamasse a atenção para a necessidade de haver uma promoção e uma integração dos povos através da paz e da democracia. Em 1947 a educação de adultos foi lançada através de campanha nacional que, num primeiro momento, atendia à alfabetização e, posteriormente, passava a ser orientada para a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Nesse período, criaram-se várias escolas supletivas que foram assumidas pelos estados e municípios.

Durante a década de 1950 o analfabetismo foi considerado como a causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país, reconhecendo-se o adulto analfabeto como um sujeito “incapaz” e “marginal”, associando-o psicologicamente e socialmente a uma criança. Ao fim

desta década, muitas críticas foram feitas a respeito do aprendizado, pois era considerado superficial e inadequado à população adulta, o que proporcionou o surgimento de uma nova visão sobre o tema, processo que contribuiu para o surgimento de um novo paradigma pedagógico, de autoria do educador pernambucano Paulo Freire. Nos anos de 1960 a proposta de alfabetização para adultos, embasada no pensamento de Paulo Freire, passou a nortear todos os programas de educação popular existentes no país. Grupos de intelectuais, de populares, estudantes e católicos foram os empreendedores desses programas através de mobilização política, cuja pressão junto ao governo federal resultou na aprovação do Plano Nacional de Alfabetização, criado em 1964 e interrompido meses depois, pelo golpe militar. (RIBEIRO, 2001).

A proposta de Paulo Freire pauta-se numa alfabetização de adultos conscientizadora, em que o educando é considerado como o sujeito de sua aprendizagem, cujo princípio básico pode ser traduzido numa celebre frase: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. (Freire, 1989, p. 11). A partir dessa perspectiva, deixa-se a utilização de cartilhas e abandona-se o foco da escrita, como um fim em si mesma. Cria-se, então, um conjunto de procedimentos pedagógicos a partir da adoção do “Método Paulo Freire”, cujo objetivo era, fundamentalmente, contribuir para que o educando se assumisse como sujeito de sua aprendizagem.

Em 1967 o governo assume o controle dos programas de alfabetização e de educação popular lançando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) que, durante a década de 1970, teve grande expansão por todo o território nacional. Dele, derivou o Programa de Educação Integrada (PEI) correspondente ao antigo curso primário condensado, possibilitando a continuidade dos estudos para os recém alfabetizados e para os considerados como “analfabetos funcionais⁷”. Em 1985 o Mobral foi extinto devido à descrença que havia provocado no meio político, sendo substituído pela Fundação Educar, que passou a apoiar financeira e tecnicamente as ações do governo, entidades civis e conveniadas.

Nos anos de 1960 ganharam destaque algumas experiências desenvolvidas com base nos postulados da alfabetização conscientizadora. Um avanço importante dessas experiências mais recentes foi a incorporação de uma visão, cujo processo exige um certo grau de continuidade, que prevê de uns até três anos dedicados à alfabetização, garantindo-se, assim, que o jovem ou o adulto dominem a cultura letrada e posam dar prosseguimento aos estudos, concluindo, desta forma, o processo de escolarização. Nessa perspectiva, Ribeiro (2001, p.29)

⁷ Considera-se como “[...] analfabetas funcionais as pessoas com menos de 4 anos de escolaridade, com idade igual ou superior a 15 anos”. (COREDE CAMPANHA, 2017).

salienta que “[...] um princípio pedagógico já bastante assimilado entre os que se dedicam à educação básica de adultos é o da incorporação da realidade vivencial dos educandos como conteúdo ou ponto de partida da prática educativa”.

Na metade da década de 1980 observam-se alguns avanços como a realização de pesquisas sobre o aprendizado da língua escrita, tendo-se como base a linguística e a psicologia, processo que contribuiu para qualificar as práticas de alfabetização. Por outro lado, na década de 1990 houve a extinção da Fundação Educar, processo que ocasionou uma série de dificuldades para as políticas do setor. Diante dessa realidade, Estados e Municípios assumem os programas na área, juntamente com algumas organizações da sociedade civil, porém, com uma oferta aquém da demanda.

Segundo o MEC (2002), através do EJA o aluno tem a possibilidade de ser reconhecido como indivíduo sócio-histórico-cultural, em que seu histórico de vida deve considerado como o elemento mais importante do processo educacional. Deve ser reconhecido, ainda, que cada sujeito possui o seu tempo para a formação, diretamente influenciado pelo seu meio, o que determinará sua própria concepção de mundo. Nesse sentido, destaca-se a importância do EJA como meio de socialização do conhecimento e da diversidade cultural existente. Além disso, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o EJA, essa modalidade de ensino deve ser “reparadora”, “equalizadora” e “qualificadora”.

Diante do exposto, entende-se que o papel do EJA seja dotar o jovem e o adulto de condições que lhe possibilitem o enfrentamento das adversidades impostas pelo mercado e daquelas oriundas de suas próprias condições de vida. A educação se constitui como um requisito para a autonomia e uma oportunidade para que o cidadão possa se tornar provedor de seu sustento. A sua ausência, portanto, pode significar o isolamento e a retirada do direito do ser humano de se relacionar com o mundo.

Sordi (2003) refere que a Educação Popular (EJA) pode contribuir para o resgate da cidadania a partir de uma compreensão sistêmica da vida e da solidariedade, relações essas que estão intimamente entrelaçadas com o Desenvolvimento Regional. Nessa perspectiva, considera-se a Educação Popular como um fator com características endógenas para o Desenvolvimento Regional, pois garante aos integrantes de uma sociedade a condição de cidadania e de inclusão. Conforme já referido, a pobreza consiste em um dos maiores desafios para o Desenvolvimento Regional, pois extrapola todos os limites da vida econômica e social de uma região, sendo que Educação Popular proposta através do EJA pode contribuir para intervir nessa realidade preparando o cidadão para o mundo.

4.2 A visão dos Atores Regionais sobre a Educação Empreendedora no Município de Bagé e o Desenvolvimento da Região da Campanha

Albagli (2002) faz referência à importância de se promoverem condições locais para o desenvolvimento do empreendedorismo, cuja importância já é reconhecida no âmbito das políticas de desenvolvimento e de ampliação da competitividade para dinamizar a capacidade empreendedora local, principalmente de empresas iniciantes. Segundo a autora, o empreendedorismo se desenvolve melhor em ambientes propícios à colaboração, à interação e ao aprendizado. Sob esta visão, as instituições, costumes, relações de confiança locais, relações pessoais e sociais em cooperação possuem um papel crítico para o capital social e conseqüentemente para o empreendedorismo.

Becker e Wittmann (2008) salientam que a participação da comunidade e o seu envolvimento em programas e projetos em prol do desenvolvimento regional estão intimamente ligados às características culturais da comunidade, como a confiança, a organização social, enfim, a acumulação de capital social.

Putnam (1996), citado por Bandeira (1999 p.20), define o capital social como o conjunto de “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. De acordo com Bandeira (1999 p.10), o capital social é “[...] composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas — constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento”. Segundo Coleman (1988), citado por Albagli (2002 p.6), “Capital social é definido por sua função. [...]. Não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: são todos consistentes com alguns aspectos das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou empresas – no âmbito da estrutura”.

Segundo Dolabela (2008, p. 26), “[...] na comunidade local tudo é personalizado: lideranças, instituições, empresas, grupos e associações comunitárias. Tudo tem nome, sobrenome e é conhecido em seus pormenores”. Para o autor, o desenvolvimento local não pode ser “um processo mecânico e sim orgânico”. É um processo endógeno expresso a partir das iniciativas e do dinamismo das comunidades, pois reconhece os atores locais e valoriza seus recursos materiais e financeiros. Desta forma, pode-se afirmar que a valorização do empreendedorismo é vital para o desenvolvimento local. Ao definir desenvolvimento local, Barquero (2001) também se refere ao aproveitamento das economias externas através da

introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Pressupõe, também, que sejam potencializados recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, economias de escala de localidades e territórios que não estejam sendo aproveitados.

Tais abordagens nos remetem à importância da formação de ambientes que favoreçam o desenvolvimento social e econômico das comunidades através do crescimento de seus cidadãos. Deve-se levar em conta que a participação das comunidades nesse processo é extremamente importante, pois a falta dela, segundo Bandeira (1999), é apontada, na literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos de crescimento.

Além dos recursos citados por Barquero (2001), Julien (2010) destaca a importância de alguns atores, como o empreendedor, a organização e o ambiente próximo, o que denomina de empreendedorismo endógeno. Chama a atenção, também, para o tempo e o ambiente (macroambiente), como sendo atores exteriores e que podem ser vistos tanto como obstáculos ou como oportunidades para a ação empreendedora. O empreendedorismo endógeno pode ser favorecido pela informação, a formação de redes e a inovação. O autor ainda conclui que, caso houvessem empreendedores em todas as regiões e empresas, o meio seria o agente responsável pela transformação de empreendedores potenciais e reativos em empreendedores proativos. O meio é considerado como o lugar em que o mecanismo coletivo pode explicar e facilitar os diferentes laços sociais, permitindo, assim, o desenvolvimento de um “espírito empreendedor” coletivo, com condições de enfrentar os desafios da nova economia.

Julien (2010) faz referência ao complexo empreendedor, para o qual se utiliza de quatro abordagens para facilitar sua compreensão e expor suas contribuições para o desenvolvimento regional. A primeira das abordagens sobre empreendedorismo - a abordagem antropológica e psicológica - relaciona-se com o paradigma de Schumpeter, em que o criador da empresa tem suas características que são transmitidas, nos primeiros anos, para a organização, tornando-a dependente do seu criador no estágio inicial. O indivíduo empreendedor tem seus traços e características desenvolvidas com base em suas experiências, conhecimentos, concepções de ideais e ideias, em seus relacionamentos e vivências. É um ser social cujo sucesso está relacionado à sua vida fora da empresa. Na segunda abordagem - a sociológica -, “[...] o empreendedor é visto como o criador de uma organização que se relaciona com outras organizações na sociedade”, ou seja, ele serve como mediador, como afirma Arrow (1994) citado por Julien (2010, p.24). Nesta abordagem, a organização é mais importante que o

empreendedor, consistindo-se em um prolongamento do empreendedor e, depois, dependendo da estratégia adotada, emancipa-se pouco a pouco com o aumento de contribuições de funcionários, gerentes e outros envolvidos, representando a base do tecido industrial e do desenvolvimento da região.

A terceira abordagem, geográfica ou de economia regional, permite diferenciar as regiões de acordo com a capacidade de manter e de criar novas empresas dependendo do grau de empreendedorismo de cada território, cujo dinamismo varia de região para região. Nesta abordagem o empreendedorismo somente pode desenvolver-se em um ambiente econômico favorável, em que o empreendedor age com base em informações e oportunidades fornecidas pelo mercado. Faz-se necessária a inserção social da organização com o meio. O empreendedor é um agente movido pelas forças econômicas, um agente puramente racional e a ação empreendedora é concebida de acordo com a sociedade em que está inserida, o seu meio e a sua economia. A quarta abordagem, a econômica, permite situar o empreendedorismo na conjuntura dos ciclos econômicos. Nesta abordagem, assim como na geográfica, o empreendedorismo somente pode se desenvolver em um ambiente econômico, com base em informações e oportunidade fornecidas pelo mercado. Sem um ambiente complexo, além do mercado, não há empresa capitalista, logo, não há empreendedor segundo Casson (1991) citado por Julien (2010).

O empreendedorismo e o ambiente empreendedor, nesse processo, apresentado na abordagem geográfica, envolvem outros atores socioeconômicos com os quais os empreendedores e as empresas interagem, com destaque para a educação, as políticas públicas e a cultura empreendedora, elementos que exercem forte influência sobre os resultados das empresas e no desenvolvimento regional.

Identifica-se que a cidade de Bagé, localizada na região do Corede Campanha, apresenta um baixo dinamismo de sua economia, apesar de ser reconhecida no setor agropecuário pelo cultivo de arroz e soja e pela criação de bovinos de leite e de corte. O Corede Campanha (2017, p. 87) evidencia que o setor de serviços e o comércio apresentam a maior participação no PIB, correspondente a 61,91% (no RS representa 56,53%).

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico médio (IDESE) referente ao ano de 2013 corresponde a 0,708, representado pelos blocos educação com 0,701, renda 0,640 e saúde com 0,784, situando o município na 14ª posição do ranking dos municípios com mais de 100.000 habitantes no estado (FEE, 2015). Ressalta-se que o IDESE do Estado do RS, no mesmo período, foi de 0,747 e que o bloco educação foi de 0,679, sendo o único em que o

município de Bagé ficou com o índice superior 0,701, tendo o município apresentado, no mesmo período, o índice de 0,751.

Embora na educação os índices apresentem um resultado pouco melhores do que a média do Estado, de acordo com PEDR (2017-2030) devem ser mantidos investimentos na formação inicial e continuada de professores, bem como, deve ser mantido o planejamento de estratégias que estimulem a permanência dos alunos na escola com vistas à conclusão do Ensino Fundamental ou Médio, além de estratégias para a redução do índice de analfabetos que, segundo IDESE (2010) foi de 4,93, próximos do índice do RS, 4,53. Outras estratégias também podem ser implementadas, como a valorização e o incentivo à educação de seus colaboradores pelo mercado de trabalho, pois isso lhes traria benefícios econômicos. As escolas podem contribuir ao promoverem ações que beneficiem também os familiares dos alunos.

O município de Bagé conta, ainda, com um considerável grupo de agentes de fomento ao empreendedorismo, a começar pela Associação Comercial e Industrial de Bagé (ACIBA), entidade existente há 120 anos, berço da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL); o Sindicato do Comércio Varejista de Bagé (SINDILOJAS); o Conselho Bageense da Mulher Empreendedora (COBAME); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); o Serviço Social do Comércio (SESC); o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); a Associação e Sindicato Rural de Bagé; o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Universidade da Região da Campanha (URCAMP); a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); entre outros. Consta-se que todas entidades e organizações referidas apresentam, no seu conjunto, um ambiente em condições de contribuir de forma direta ou, indiretamente, para a consolidação do empreendedorismo no município e na Região da Campanha do Rio Grande do Sul.

No que se refere ao Ensino Fundamental, integrante da Educação Básica, identifica-se a existência de 36 escolas municipais em Bagé, das quais 8 delas oferecem, com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o ensino na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, desta forma, a educação empreendedora de forma transversal. Para tanto, utilizou-se a metodologia do curso “Crescendo e Empreendendo” (CSIK, 2016), que integra o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) do Sebrae, cuja finalidade é fomentar o uso de atitudes

empreendedoras em seus participantes, pautadas em critérios como a responsabilidade, a cooperação, a criatividade e a inovação, associando-se à sustentabilidade ambiental e contribuindo, de alguma forma, para a realização pessoal e profissional. Tal metodologia consiste em um modelo de ensino-aprendizagem a partir de uma construção coletiva em que o jovem e o educador são os protagonistas, em que a produção do conhecimento ocorre baseada em experiências pessoais a partir de um processo contínuo.

A metodologia educacional prevê a realização de exercícios individuais e dinâmicas em grupos, proporcionando ambientes favoráveis ao desenvolvimento de competências nas dimensões de natureza cognitivas, atitudinais e operacionais. Essa metodologia é utilizada especialmente em projetos sociais com ações educacionais e em propostas pedagógicas de curta duração, tendo como público-alvo adolescentes e jovens do Ensino Médio ou participantes de projetos sociais, desde que já tenham concluído o Ensino Fundamental. O público alvo desse trabalho também pode ser constituído por alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Salienta-se que o ensino do empreendedorismo é ofertado, também, por duas escolas técnicas localizadas na cidade de Bagé, que não fazem parte desta análise, a Fundação Bradesco e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFISUL). Este, por sua vez, possui apoio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Entretanto, constata-se que ambas trabalham a disciplina de empreendedorismo de forma bastante incipiente, carecendo de avaliação junto aos atores envolvidos, embora integrem um movimento orientado para a formação de pessoas com “espírito empreendedor”, atendendo as demandas da contemporaneidade e contribuindo, gradativamente, para a mudança do perfil e para a autonomia do trabalhador, tornando-o provedor de seu próprio sustento.

Acredita-se que as experiências referidas contribuem para o desenvolvimento da região. Etges (2005) refere que a utilização do território para interesses econômicos, sociais, políticos e econômicos são aspectos que definem uma região, ou seja, a sociedade na busca de seus interesses e no atendimento de suas necessidades vai se apropriando de um determinado território. Nesse sentido, de acordo com a autora, potencializar sua capacidade de auto-organização, transformar uma sociedade consciente de sua identidade e capaz de mobilizar-se pela busca de projetos políticos comuns, significa construir uma região.

Ainda segundo Etges (2005), a formação da identidade de uma sociedade através do conhecimento possibilita sua participação na construção de projetos e de programas não só em

nível local, mas também contribui para o desenvolvimento da região, cujos propósitos sejam comuns às populações envolvidas.

Salienta-se que através deste estudo buscou-se compreender as diferentes percepções dos atores regionais sobre a educação empreendedora, tendo-se como foco aqueles que estão diretamente envolvidos na formação do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental na cidade de Bagé, RS, bem como, a sua relação com o Desenvolvimento Regional. Para tanto, a análise compreende três níveis, o estratégico que envolve a decisão, as razões e a mobilização em prol da educação empreendedora nas escolas do ensino fundamental da EJA; o nível tático, que diz respeito à capacitação dos responsáveis pela difusão do conhecimento empreendedor e; o terceiro nível, operacional, que envolve a implementação e a avaliação deste conhecimento junto aos alunos dessas escolas.

Buscando-se responder aos requisitos do nível estratégico foi realizada uma entrevista com a Secretária de Educação do Município que, ao ser questionada sobre sua percepção a respeito da educação empreendedora nas escolas, manifestou que no ano de 2017 buscou o Sebrae com o objetivo de levar o ensino empreendedor às escolas que trabalhavam com esta modalidade. Na época, havia necessidade de serem atendidas algumas exigências previstas no § 3º do artigo 37 da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) em que está previsto que “[...] a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento”. Dessa forma, iniciou-se uma parceria entre o município de Bagé e o Sebrae, conforme se evidencia no relato que segue:

[...] desde então foi formada uma parceria que atendesse tal demanda em 8 escolas da modalidade EJA no município. Para tanto, foram capacitados 30 professores que seriam os multiplicadores do conhecimento empreendedor aos alunos. A participação dos coordenadores de escolas nesse processo foi muito importante, pois não mediram esforços para que os resultados fossem atingidos. Foram surpreendentes os impactos que houve na vida dos alunos, pois nesse momento o ensino deixava de ser apenas conteudista, vindo a contribuir também para redução da evasão escolar em torno de 50%, além de combater a repetência. Teve um impacto muito positivo na vida dos alunos que se sentiram mais motivados com a escola e com a possibilidade de potencializar a vida profissional. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAGÉ).

Segundo referido pela Secretária de Educação, a repetência consiste em um dos maiores problemas que as escolas do município enfrentam, pois fomenta a evasão escolar. Diante dos tantos resultados favoráveis obtidos, a Secretária manifestou que deseja levar o projeto, em caráter experimental, para o ensino regular, iniciando com a educação financeira e, posteriormente, com noções de empreendedorismo. Salientou, também, que a participação dos

coordenadores de escolas nesse processo foi muito importante visto que o ponto alto deste trabalho foi a motivação dos professores, fator que contribuiu para o sucesso do projeto.

Buscando-se atender as questões que envolvem o nível tático, cuja finalidade foi a capacitação dos docentes responsáveis pela difusão do conhecimento empreendedor, procurou-se a coordenadora do SEBRAE no município de Bagé. Esta, por sua vez, confirmou a iniciativa da Secretária de Educação do município ao desenvolver em parceria com o Sebrae algumas atividades sobre o tema empreendedorismo nas escolas de ensino fundamental na modalidade EJA, tendo-se em vista o atendimento das necessidades desse público alvo.

Neste sentido, o Sebrae passou a se mobilizar para o atendimento de tal demanda através de uma metodologia específica para o ensino fundamental na modalidade EJA. Assim, foi ofertado o Curso “Crescendo Empreendendo”, que havia sido desenvolvido no ano de 2016, de forma experimental, no Estado de Santa Catarina. A partir daí, esta metodologia foi disponibilizada para o município, através da qual o Sebrae capacitou 30 professores de 8 escolas. Segundo a secretária, a receptividade foi muito boa por parte dos coordenadores das escolas que não mediram esforços para que o projeto fosse implementado com sucesso, muito embora tenha havido alguma resistência por parte dos professores.

4.2.1 O perfil socioeconômico dos estudantes das Escolas de Jovens e Adultos do Município de Bagé

Neste item são apresentadas algumas características das escolas e os dados socioeconômicos dos alunos analisados. Para tanto, aplicou-se um questionário com 53 alunos das séries iniciais e finais nas quatro escolas estudadas, cujos resultados foram obtidos através de instrumento com questões fechadas.

A definição dos critérios de inclusão das escolas (TURATO, 2003) ocorreu com base na indicação da Secretaria Municipal de Educação do município de Bagé e foram consideradas aquelas localizadas nas periferias, as que possuíam um número semelhante de alunos e que havia sido disponibilizada formação sobre empreendedorismo. Dessa forma, considerou-se um total de 4 escolas, identificadas como “E” (E 1), (E 2), (E3) e (E 4) e o nº de alunos correspondente a cada escola, conforme observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de Escolas e de Alunos da Disciplina de Empreendedorismo

Escolas	Nº de Alunos	%
E 1	12	22,64%
E 2	16	30,19%
E 3	14	26,42%
E 4	11	20,75%
Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

Salienta-se que a coleta de dados foi realizada no período de abril a maio de 2019, envolvendo todos os alunos que estavam presentes nos dias em que foram aplicados os questionários. Através da Tabela 1 observa-se que a quantidade de alunos por escola variou de 11 a 16, o que equivale a um percentual de 20,75 a 30,19%.

No que se refere à faixa etária, identifica-se uma predominância nas idades entre 16 e 23 anos (81,10%), com menor evidência nas faixas entre 32 e 39 anos (3,80%). Chama a atenção o fato de não haver alunos nas idades entre 24-31 e 40-47 anos, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Faixa Etária dos Alunos

Idade	Nº de alunos	%
Menos de 16	4	7,50%
De 16 - 23	43	81,10%
De 24 - 31	0	0,00%
De 32 - 39	2	3,80%
De 40- 47	0	0,00%
48 e mais	4	7,50%
Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

Quanto ao gênero dos alunos que participaram da pesquisa, constatou-se que 51,9% são do sexo masculino e 48,1% do feminino, situação semelhante a do Brasil que, segundo o censo do Inep (2018), apresentou o índice de 53,9% para o sexo masculino e 46,1% no sexo feminino, ou seja, há uma predominância do sexo masculino nas faixas etárias analisadas.

A análise sobre as motivações que levam os alunos a participarem do EJA evidencia que a recuperação do tempo perdido foi apontada por 33 alunos (61,4%), conforme expresso na Tabela 3.

Tabela 3 – Motivações para ingresso no EJA

Motivo	Frequência	%
Recuperar o tempo perdido	33	61,40%
Busca de novos conhecimentos	13	24,60%
Exigência do trabalho	5	8,80%
Realização pessoal	3	5,30%
Outros	0	0,00%
Total	53	100,0%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

Outro dado que chama a atenção é que apenas treze alunos (24,6%) ingressam no EJA motivados pela busca de novos conhecimentos, o que não significa dizer que os demais entrevistados tenham demonstrado ao contrário. Apesar das dificuldades já apresentadas com relação ao mercado de trabalho na atualidade, apenas cinco alunos (8,8%) foram motivados a participar do EJA pelos seus empregadores, visto que a escolaridade é um requisito básico exigido pelo mercado.

Identifica-se que a busca por novos conhecimentos e a realização pessoal, como motivos que levam o indivíduo a participar do EJA, podem estar relacionados a diversos fatores decorrentes de situações relacionadas às dificuldades financeiras da família, à reprovação ou à desistência durante o ensino regular, a necessidade de afastamento dos estudos devido ao trabalho, bem como, devido a uma motivação no sentido de reconhecer na educação uma fonte de segurança diante das adversidades vivenciadas do cotidiano.

Tabela 4 – Situação dos Alunos em Relação ao Mercado de Trabalho

(continua)

	Situação	Frequência	%
1	Estudante	25	47,17%
2	Desempregado	12	22,64%
3	Trabalho formal	9	16,98%
4	Autônomo	3	5,66%
5	Aposentado	2	3,77%

(conclusão)

	Situação	Frequência	%
6	Diarista	1	1,89%
7	Serviços gerais informal	1	1,89%
	Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

A análise sobre a situação dos alunos em relação ao mercado de trabalho evidencia que 37 deles (69,8%) são estudantes e desempregados, ou seja, estão fora do mercado de trabalho. Apenas 9 alunos (16,98%) estão inseridos no mercado formal de trabalho, ao passo que há um total de 14 alunos (26,42%) inseridos no mercado informal desenvolvendo atividades como autônomos, diaristas e serviços gerais, além de outros não especificados. Constata-se a existência de somente dois alunos (3,77%) que estão aposentados.

Os nove estudantes que manifestaram estarem inseridos no mercado formal evidenciaram que as atividades são desenvolvidas, em sua maioria, através do Programa Jovem Aprendiz, o que corresponde a apenas dois alunos (22,22%). Os demais, além dos dois (22,22%), que não especificaram a atividade, manifestaram desenvolver atividades com familiares, em fábrica de gesso, como lenhador, entre outros, conforme se observa na Tabela 5.

Tabela 5 – Empregadores do Trabalho Formal

Atividades	Frequência	%
Lenhador	1	11,11%
Fábrica de gesso	1	11,11%
Trabalha com o pai	1	11,11%
Jovem aprendiz	2	22,22%
Geni Garcez	1	11,11%
Banco do Brasil	1	11,11%
Outros	2	22,22%
Total	9	100,00%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

Embora 37 entrevistados (69,8%), representados por estudantes e desempregados, estejam fora do mercado de trabalho (Tabela 4), supõe-se que os entrevistados possuem outras ocupações no mercado, mesmo que seja com fontes de renda não questionadas, visto que 100% deles possuem alguma fonte renda, conforme se observa na Tabela 6. Segundo dados

do IBGE (2017), no Brasil cerca de 86 milhões de pessoas recebem dinheiro pelo seu trabalho, mas há também quase 50 milhões que têm outras fontes de renda provenientes de aluguéis, aposentadoria, pensões ou mesadas, por exemplo.

Tabela 6 – Renda dos Alunos do EJA

Renda	Frequência	%
Até R\$ 1.000,00	44	82,40%
De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	6	11,80%
Acima de R\$ 5.001,00	3	5,90%
Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

A Tabela 7 apresenta as características do perfil do empreendedor dos alunos da modalidade EJA, tendo-se como base a visão que cada um deles possuía sobre suas características. Dolabela (2008) refere que o conhecimento existente na área não permite analisar se uma pessoa com tais características será bem-sucedida como empreendedora ou se a falta delas poderia acarretar o seu insucesso. Porém, compreende-se que todas essas características fazem parte da natureza humana, logo, podem ser concebidas por todos. O autor refere, ainda, que tais características podem ser disparadas pela emoção do indivíduo em busca da realização de seus sonhos.

Tabela 7 – Características quanto ao Perfil de Empreendedor

Perfil	Frequência	%
Sabe fixar metas e alcançá-las	12	22,10%
Crê no que faz	12	22,10%
Tem facilidade de se relacionar, “tecer redes de relação”	8	15,10%
É inovador, criativo	7	12,80%
Tem um modelo ou pessoa que o influencia	5	9,30%
É capaz de identificar oportunidades	4	7,00%
Traduz seus pensamentos em ação	2	4,70%
Sabe buscar, utilizar e controlar recursos	2	4,70%
Considera o fracasso um resultado como outro qualquer	1	2,30%
Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

Alguns elementos que compõem o perfil empreendedor (Tabela, 7) foram apresentadas por Timmons (1994) e Hornaday (1982) citadas por Dolabela (2008). Os dados apresentados revelam que 72,1% dos alunos pesquisados apresentam perfil empreendedor, muito embora a presença de algumas características, por si só, não seja suficiente para afirmar que o indivíduo possa empreender com sucesso. Porém, são características que, aliadas a outras condições, como o meio, a predisposição, recursos financeiros e o conhecimento, dentre outras, podem se constituir em requisitos para que o cidadão possa se tornar provedor de seu sustento, conforme já referido. Segundo Julien (2010), o empreendedor, de um modo geral, recebe influências do meio, ou seja, da família, escola, amigos e mais tarde, do ambiente de trabalho. Dolabela (1999), refere que a grande maioria dos empreendedores têm a um modelo a ser seguido, seja ele um professor ou um empresário.

Degen (1989) refere que é a partir da predisposição que o futuro empreendedor aprende a observar e avaliar negócios, porém, é através da criatividade que ele associa as observações ao empreendimento. A predisposição também é fundamental para a detecção de oportunidades. Timmons (1994) citado por Dolabela (2003, p. 37), definiu o empreendedor como “alguém capaz de identificar, agarrar e aproveitar oportunidades, buscando e gerenciando recursos para transformar a oportunidade em negócio de sucesso”. A capacidade de identificar oportunidades é fruto do “olhar” e, portanto, atributo do indivíduo que aprendeu a ver o que outros não distinguem, segundo Dolabela (2003).

De acordo com as pesquisas do GEM 2017, 59,4% dos empreendedores iniciais empreenderam por oportunidade e 39,9% por necessidade. Entre os empreendedores por necessidade a predominância ainda é composta por pessoas com menor nível de educação formal. Ainda, segundo a pesquisa do GEM, em relação às habilidades, conhecimentos e experiências para a abertura de um empreendimento, o brasileiro continua “autoindulgente”, ou seja, para 55,6% das pessoas, há um reconhecimento de que elas próprias reúnam plenas condições cognitivas e operacionais para se aventurarem em uma empreitada empreendedora, o que aponta ser uma característica do empreendedorismo por necessidade. Ainda, segundo GEM (2017), para mais da metade dos brasileiros, ou seja, 56,5%, o medo de fracassar não os impediria de abrir um novo negócio.

Dornelas (2001) lembra que, em primeiro lugar, vem a “paixão” pelo negócio, sendo que ganhar dinheiro é uma consequência. Por outro lado, jovens empreendedores geralmente arriscam tudo em negócios com potencial de lucro, pois acreditam que ganhar dinheiro é o objetivo principal, independente do tipo de negócio. O ser humano, de acordo com Bergamini (2014, p.81), não é motivado apenas por estímulos econômicos, mas por recompensas sociais

e simbólicas. Possui múltiplas necessidades como o trabalho, considerado como sentido de sua existência; a autonomia de pensamento; o desejo de autodesenvolvimento e realização; elementos evidenciados por 12 alunos entrevistados (22,6%), conforme se observa na Tabela 8. Ainda, segundo Dolabela (2003, p. 43), “[...] o conceito de empreendedorismo traz no seu âmago a intencionalidade da geração de melhoria na qualidade de vida de uma comunidade, e não apenas de valores exclusivamente individuais e econômicos”. Diante disso, o empreendedor é definido pela “[...] sua capacidade de identificar e aproveitar oportunidades em seu campo de atuação, gerando valores para a comunidade sob a forma de conhecimento, bem-estar, liberdade, saúde, democracia, riqueza material, riqueza espiritual etc.

Tabela 8 – Expectativas em relação à educação empreendedora na escola

Expectativa	Frequência	%
Desejo de desenvolver algo que traga benefícios, não só para si, mas para a sociedade	12	22,60%
A necessidade de provar a si e aos outros que é capaz de realizar um empreendimento	11	21,50%
Vontade de ser o seu próprio patrão	11	21,50%
Vontade de ganhar dinheiro	9	17,20%
Desejo de sair de rotina e levar suas ideias adiante	7	12,90%
Empreender no local de trabalho	2	4,30%
Total	53	100%

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2019).

Um total de 11 entrevistados (21,5%) demonstraram o desejo de serem seus próprios “patrões”, cuja expectativa evidencia, segundo Dolabela (2008, p. 28), que

[...] temos a obrigação de educar nossas crianças e jovens dentro de valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e produzir riqueza, coragem de assumir riscos e crescer em ambientes instáveis, porque, diante das condições reais do ambiente, são esses os valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento.

De acordo com as recomendações do GEM (2017), quanto mais cedo o “espírito empreendedor” for disseminado, maior será a chance de haver jovens empreendedores no futuro, com uma boa base de conhecimento sobre plano de negócios, estudo de mercado, fatores econômicos que afetam o negócio, dentre outros aspectos essenciais para se ter êxito. Empreender no local de trabalho, para Dolabela (2008), significa a introdução de inovações na organização pelo empregado, provocando o surgimento de valores adicionais. Convém

observar que na atualidade o intraempreendedor, como também é conhecido aquele que empreende no local de trabalho, é um indivíduo cujas características são muito requisitadas pelo mercado e que exige busca pelo conhecimento e atualização constantes.

Pesquisas do GEM (2017) evidenciam que o nível de escolaridade é um importante parâmetro para entender o fenômeno do empreendedorismo no Brasil, além de que, entre os empreendedores iniciais, ou seja, aqueles considerados nascentes, chama a atenção que o grupo mais ativo é aquele composto por pessoas que contenham somente o Ensino Fundamental Completo, sendo 23,9% deles empreendedores iniciais, quase 10 pontos percentuais a mais do que aqueles que possuem diploma de nível superior (14,3%). Essa realidade reforça a importância e o significado do segmento estudado. Ainda, segundo GEM (2017), na fase inicial do empreendedorismo, estão os sujeitos com faixa etária entre 18 e 34 anos (Tabela 9), segmento este representado por mais de 80% dos nossos entrevistados (Tabela 2), muito embora não se trate de empreendedores.

Tabela 9 – Faixa Etária x Tipo de Empreendedorismo

Países	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	Tipo de Empreendedorismo
Brasil	20,1 %	22,9 %	19,7 %	17,5 %	15,0 %	Empreendedorismo Inicial
Brasil	5,5 %	11,7 %	22,4 %	24,2 %	23,9 %	Empreendedorismo Estabelecido

Fonte: GEM (2016).

No item seguinte apresentam-se dados relacionados com a percepção dos coordenadores e professores sobre a relação existente entre a educação empreendedora e a melhoria de vida dos estudantes analisados.

4.2.2 A educação empreendedora e a melhoria das condições de vida dos estudantes

Quanto ao nível operacional, cujos atores são representados por coordenadores de escolas, professores e alunos, realizaram-se entrevistas com a utilização de um formulário semiestruturado (Laville e Dione, 1999), contendo questões abertas e fechadas. Inicialmente as quatro coordenadoras foram questionadas se acreditavam que a educação empreendedora na escola pudesse contribuir para a vida dos Jovens e Adultos. Nesse caso, pressupõe-se que a percepção dos coordenadores das escolas seja amparada na experiência que a função exige, no

conhecimento adquirido sobre a educação empreendedora e do público alvo do EJA, conforme se observa nos relatos que seguem:

Sim, os resultados foram além do esperado pelos alunos, o que contribuiu muito para a motivação dos professores. Foi bastante visível o significado deste trabalho na vida dos alunos, parece que deu sentido aos estudos, que vale apenas estudar. Hoje, aqui na escola, até os mais velhos fazem planos. (COORDENADORA 1).

Com certeza, percebemos uma motivação maior por parte dos alunos, ficaram mais empolgados com as atividades da escola, pois entenderam a importância dessas atividades para a rotina diária, um conhecimento que pode ser utilizado de imediato. (COORDENADORA 2).

Estou na EJA desde 2009 e nosso anseio sempre foi por uma orientação que tivesse relação com o cotidiano, com o dia a dia dos alunos, pois a maioria deles vem de experiências de fracasso em outros turnos e que essa contribuição é muito rica e acaba por contribuir muito para a vida de cada estudante. Um conhecimento que vão levar para a vida toda. (COORDENADORA 3).

A realidade da nossa escola é bem diferente das demais, os alunos mais jovens não deram muita importância para este tipo de aprendizado, porém os de mais idade valorizaram muito e perceberam que os benefícios eram de grande importância para a vida deles. (COORDENADORA 4).

Observa-se através dos relatos das coordenadoras que a motivação dos professores para disseminarem a educação empreendedora em sala de aula teve considerável parcela nos resultados relatados. O desempenho humano e a apresentação de resultados favoráveis não dependem somente da motivação, mas também da capacidade do indivíduo, pois juntos determinam o potencial de desempenho de uma pessoa em qualquer atividade (BERGAMINI, 2014).

Na sequência, os docentes das respectivas escolas foram entrevistados com base em um questionário com questões abertas e fechadas. Identifica-se que a motivação das pessoas envolvidas na operacionalização de uma ação é essencial para o sucesso da mesma, pois delas depende o resultado de todo um esforço que tal demanda exige, ou seja, a contribuição dos docentes é decisiva para a formação dos alunos através de uma proposta que pretende dar condições ao indivíduo jovem e adulto de desenvolver habilidades e competências que lhe permitam atuar com destreza nos âmbitos pessoal, social e profissional. Esses elementos são identificados através da Tabela 8 que se refere as “expectativas em relação à educação empreendedora na escola”.

Outro aspecto que chama a atenção foi o depoimento da coordenadora 1, “[...] parece que deu sentido aos estudos, que vale apenas estudar. Hoje, aqui na escola, até os mais velhos

fazem planos”, o que pressupõe que todos os alunos, a partir das aulas de educação empreendedora, demonstraram algum tipo de expectativa em relação à vida profissional.

Quanto às motivações para ingresso no EJA (Tabela 3), encontra respaldo no depoimento da coordenadora 2, em que ela afirma que “[...] entenderam a importância dessas atividades para a rotina diária, um conhecimento que pode ser utilizado de imediato”, enfatizando o significado da educação empreendedora na escola para a vida desses alunos. Esses elementos são complementados pela coordenadora 3 ao afirmar que essa formação representa “Um conhecimento que vão levar para a vida toda”.

Num segundo momento do trabalho realizado nas escolas, foram entrevistados quatro professores que foram questionados sobre a existência ou não de experiência na área do empreendedorismo. Constatou-se que apenas um dos entrevistados revelou ter tido uma atividade na área da educação empreendedora. É importante lembrar que durante este estudo questiona-se o porquê da educação empreendedora não fazer parte da grade curricular da educação básica, razão pela qual o corpo docente, de um modo geral, não está familiarizado com o tema, daí a necessidade da capacitação orientada para esta atividade que não dispensa saberes e experiências de vida trazidas por cada um. Tais componentes, aliados ao conhecimento empreendedor, permitiram aos docentes o desenvolvimento de inúmeras atividades tais como dinâmicas de grupos, simulação da criação de empresas, desenvolvimento de produtos e processos, etc., junto aos jovens e adultos possibilitando-os vislumbrar novos caminhos e oportunidades.

A questão referente ao tempo que o docente trabalha com a educação empreendedora está relacionada com o conhecimento, a experiência e as habilidades adquiridas para o exercício da atividade, visto que o conhecimento empreendedor é provisório e tal afirmação se faz necessária diante das condições atuais do ambiente. Para Dornelas (2001), na verdade, a decisão de empreender em alguma atividade se dá devido a fatores externos, ambientais e sociais, a aptidões pessoais ou a um somatório de todos esses fatores, que são essenciais para o surgimento de uma nova empresa.

Dolabela (2003) chama a atenção para a falta de mobilização do sistema educacional para rever suas bases no sentido de dar conta deste novo ambiente, complexo e globalizado, em que a geração de novos conhecimentos deixa de ser exceção e torna-se uma necessidade. Julien (2010) faz referência também à incerteza e a ambiguidade como características desse novo ambiente, a primeira remete a eventos não previsíveis e que pode ser reduzida através da informação adequada, mas salienta que nem toda a informação é conhecimento e que em excesso, gera ambiguidade.

No que se refere à receptividade à educação empreendedora pelos alunos, os resultados foram satisfatórios, muito embora, em uma das escolas estudadas os alunos manifestaram durante as aulas, pouco interesse em empreender. Tal posicionamento é condizente com a percepção do docente, ainda que, segundo o relato da coordenadora da referida escola, os alunos de mais idade valorizaram muito e perceberam que os benefícios eram de grande importância para a vida deles.

A utilização de práticas com apresentação de técnicas e dinâmicas de grupos são muito comuns em aulas de empreendedorismo, e o bom desempenho por parte da coordenadora da escola e da docente são vitais, podendo contribuir sobremaneira para a motivação e os resultados dessa ação, cujo interesse em empreender durante as aulas, como um todo, foram bastante evidentes. Dolabela (2008) sugere que o professor assuma a função de criador de um ambiente favorável ao desenvolvimento do empreendedor, que ele seja o organizador da cultura empreendedora.

Para Dornelas (2001), já mencionado anteriormente, empreendedores inatos vão continuar existindo, mas muitos outros podem ser capacitados para a criação de empresas. A ênfase no ensino empreendedor justifica-se também pelo elevado número de pessoas que buscam no empreendedorismo meios para superar a falta de uma renda ou na expectativa de aumento da mesma, contribuindo, desta forma, para alimentar as estatísticas relativas as taxas de mortalidade das empresas, que, segundo dados do Sebrae (2016), foi de 23,4%, tomando como referência as empresas brasileiras constituídas em 2012, baseado em informações disponíveis na SRF até 2014. A partir dessa data, segundo dados do IBGE, Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo (2016), a taxa de mortalidade de empresas foi de 14,5%, bem inferior à taxa de 2014, cuja diferença é atribuída ao elevado nº de empresas que ingressaram no mercado. A partir dessa data, segundo dados do IBGE, Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo (2016), a taxa de mortalidade de empresas foi de 14,5%, bem inferior à taxa de 2014, cuja diferença é atribuída ao elevado nº de empresas que ingressaram no mercado.

De acordo com o Sebrae (2016), não é possível atribuir a um único fator a causa da mortalidade, mas sim, a uma combinação de fatores em quatro grandes áreas: a situação do empreendedor antes da abertura, o planejamento dos negócios, a capacitação em gestão empresarial e a gestão do negócio em si. Nesse sentido, o PRELAC (2004) propõe mudanças para garantir o acesso à educação para todos como forma de promoção do desenvolvimento socioeconômico. Isso exige mudanças nos projetos educacionais e explicita, por sua

importância, um pilar adicional: aprender a empreender (PRELAC, 2004, p. 6), como já referido.

A análise de conteúdo das entrevistas realizadas com as coordenadoras evidencia que todas elas (100%) realizaram capacitação para o exercício da função e atuam há um ano com a educação empreendedora, embora apenas duas delas (50%) manifestaram possuírem experiência anterior na área.

Ao serem questionadas sobre a metodologia desenvolvida nas aulas práticas foram evidenciados os seguintes aspectos: repasse de conhecimentos teóricos seguidos de dinâmicas para estimular a simulação de negócios; produção e comercialização de produtos e serviços para a comunidade do bairro através de feiras realizadas na escola; trabalhos em grupos para a criação de empresas; desenvolvimento de produtos e degustação; pesquisa e cálculo de preços para os produtos; realização de atividades envolvendo empreendedores do bairro que foram convidados a contarem suas histórias (início e desenvolvimento de seus empreendimentos) e darem sugestões aos alunos; dinâmicas em grupos em atividades interdisciplinares que possibilitam aos alunos a simulação de produtos e o desenvolvimento de práticas de vendas entre os grupos; dinâmicas, apresentação de vídeos e depoimentos; elaboração de paródias, cartazes, apresentações com características empreendedoras e criação de redes de contatos para a venda de produtos e de serviços.

No que se refere aos alunos, foi evidenciado por três delas que há muita receptividade para com a educação empreendedora, havendo apenas uma coordenadora que manifestou haver pouca receptividade. Já no quesito interesse dos alunos em empreender durante as aulas houve uma variação de 80 a 100%, havendo apenas uma delas que manifestou que o nível de interesse dos alunos era equivalente a zero.

Salienta-se que as entrevistas realizadas com os atores envolvidos na educação empreendedora, oferecida nas escolas estudadas, foi de fundamental importância nesse estudo. Por indicação da Secretaria de Educação do Município de Bagé foram selecionadas quatro escolas do município que trabalham com a modalidade EJA. Inicialmente, por serem escolas municipais, realizou-se contato com a Secretária de Educação do Município de Bagé, com as coordenadoras de escolas, as professoras envolvidas com o ensino e, por fim, com a coordenadora do projeto da unidade do SEBRAE que capacitou professores das escolas de ensino fundamental EJA.

A primeira entrevista foi realizada com a Secretária de Educação do Município, que, ao ser questionada sobre a percepção quanto a educação empreendedora nas escolas, relatou ter contatado o Sebrae em 2017 devido à necessidade de atender algumas exigências previstas no

§ 3º do artigo 37 da Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) no que diz respeito à articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional. Nesse sentido, o objetivo de contato com o Sebrae foi de garantir que fosse disponibilizado o ensino empreendedor às escolas que trabalhavam com esta modalidade. Desde então, foi formada uma parceria que atendesse tal demanda em oito escolas da modalidade EJA no município.

Posteriormente, foram capacitados trinta professores que seriam os multiplicadores do conhecimento empreendedor aos alunos. Segundo ela, os resultados foram surpreendentes na vida dos alunos, pois nesse momento o ensino deixava de ser apenas conteudista, vindo a contribuir também para redução da evasão escolar que estava próxima dos 50%, além de combater a repetência, pois teve um impacto muito positivo na vida dos alunos que sentiram-se mais motivados com a escola e com a possibilidade de potencializarem a vida profissional.

A Secretária informou, ainda, que a repetência é um dos maiores problemas que as escolas do município enfrentam, pois fomenta a evasão escolar. Diante de tantos resultados favoráveis obtidos, a secretaria deseja levar o projeto, em caráter experimental, para o ensino regular, começando com a educação financeira e, posteriormente, com noções de empreendedorismo. Salientou que o “ponto alto” deste trabalho foi a motivação dos professores, fator que contribuiu sobremaneira para o sucesso do projeto.

De acordo com as coordenadoras das escolas, a utilização do conhecimento empreendedor através da metodologia “Crescendo e Empreendendo”, utilizada pelo SEBRAE, significou muito na vida dos alunos porque segundo relatos, o conhecimento foi construído com base em experiências pessoais, uma construção coletiva em que o aluno e o professor foram os protagonistas. Conforme já relatado, os professores foram motivados pelos resultados do trabalho que foi além do esperado, pois a maioria acreditava em atividades que tivesse relação com o cotidiano dos alunos, visto que a maioria deles vem de experiências de fracasso e essa contribuição é muito rica e passa a ter um significado importante na vida desses jovens e adultos.

Por fim, tendo-se como base o Relatório da UNESCO (2010, p. 31), entende-se que os sistemas educacionais formais devem privilegiar o acesso ao conhecimento através de novas políticas e práticas pedagógicas que privilegiem o “[...] aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida; Aprender a fazer, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional [...] Aprender a conviver, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização dessa pesquisa buscou-se fundamentar acerca de alguns temas bastante discutidos na atualidade, como é o caso do empreendedorismo, desenvolvimento regional, educação empreendedora dentre outros. Identifica-se que as fontes parecem se multiplicar à medida que se aprofunda a pesquisa, dada a importante influência desses temas sobre a vida das pessoas como um todo. Entretanto, o tema da educação, em especial, chama a atenção devido à sua importância e pelas inúmeras dificuldades e desafios relacionados com os diversos âmbitos da vida, como o social, o econômico, o político e o tecnológico.

Constata-se que a escola vive uma crise sem precedentes, justificada dentre outros fatores, pela evasão cujas causas são as mais variadas possíveis. Gandin (1995) observa que o próprio sistema educacional não apresenta condições de ofertar uma educação que possibilite uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Isso ocorre devido a vários fatores tais como as condições de vida, questões culturais e econômicas, bem como as diferenças evidenciadas a partir da efetivação da própria política de educação.

Dolabela (2003) chama a atenção para a necessidade de o sistema educacional tornar-se mais flexível, extrapolando o atendimento de metas quantitativas e contribuindo, também, para o processo de transformação de conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos e existenciais. Liberato (2016) evidencia que a educação não deve ser considerada como uma estratégia salvadora, ou seja, não deve induzir ao desenvolvimento econômico, mas ser apontada, em uma perspectiva futura, como uma nova possibilidade de promoção da capacidade dos sujeitos em gerarem desenvolvimento, de forma cooperada com a sociedade em que vivem.

Gandin (1995) refere que, a partir de uma ótica liberal, defende-se que a educação representa uma instância de equalização de oportunidades, podendo contribuir para a transformação da sociedade capitalista a partir do aumento da ascensão social e da minimização das injustiças.

A partir desse contexto é que se pretendeu buscar na educação empreendedora uma estratégia para o desenvolvimento local e regional. Nessa perspectiva, o problema que norteou essa pesquisa foi: “Quais as percepções dos atores da Região da Campanha sobre a educação empreendedora desenvolvida a partir do Ensino Fundamental nas Escolas de Jovens e Adultos do município de Bagé, RS?”.

Percebeu-se que a situação dos estudantes do EJA no município de Bagé-RS não é muito diferente dos demais em outras regiões, pois os resultados da pesquisa evidenciaram

que 90% dos entrevistados possuem no máximo 23 anos idade, o que reforça o motivo que leva os alunos a buscarem o EJA, ou seja, “recuperar o tempo perdido”. Além disso, identifica-se uma possível relação da preocupação desses jovens e adultos no tocante ao mercado de trabalho, visto que mais de 85% deles estão desempregados.

Pochmann (2001) salienta que o desemprego é considerado como um dos fenômenos sociais mais difíceis de serem resolvidos, pois o seu aumento, associado à falta de assistência adequada, pode contribuir fortemente para o crescimento da violência, o consumo de drogas e, conseqüentemente, para o desgaste do tecido social. Diante de tal afirmação, não se pretende dizer que através da educação empreendedora tal fenômeno possa ser revertido, muito menos que os alunos do EJA devam empreender ou serem donos de seus próprios negócios, mas que o empreendedorismo possa ter significado para muitos deles, até mesmo como motivação para ir à escola ou ainda, empreender no local de trabalho.

Tendo-se como base as informações obtidas junto aos entrevistados, considerando-se a renda e as atividades desenvolvidas, pode-se dizer que estamos diante de um grupo com potencial para o desenvolvimento de alguma ação empreendedora, com destaque para “saber fixar metas e alcança-las”, “crê no que faz”, “facilidade de se relacionar”, dentre outras. Ou seja, percebe-se que esses alunos carecem, dentre outras coisas, de uma orientação voltada para o mercado, para o cotidiano, para a vida.

Observou-se que fatores como dificuldades financeiras da família, a reprovação ou a desistência durante o ensino regular, o desinteresse pelo conteúdo escolar, são elementos que contribuem para que jovens e adultos procurem o EJA para recuperarem o tempo perdido.

De acordo com nosso estudo, a experiência da utilização da educação empreendedora nas escolas que trabalham com a modalidade EJA no município de Bagé revelou a existência de um entusiasmo pelos atores envolvidos através das percepções relatadas, no entanto, sugerem no mínimo, uma reflexão sobre a prática curricular atual, visando tornar a aprendizagem mais significativa para os jovens e adultos.

A educação empreendedora desenvolvida nas escolas de Ensino Básico, segundo Dörr (2013), deve contribuir positivamente para a consolidação de um ambiente favorável ao aproveitamento de novas oportunidades, visto que a região estudada já conta com uma infraestrutura considerável de fomento ao empreendedorismo, motivo pelo qual, desde cedo, torna-se necessário que noções de empreendedorismo sejam inseridas na vida daqueles que optem por ter seu próprio empreendimento ou empreender na profissão a ser seguida.

O desafio de se introduzir novos conteúdos e didáticas que superem obstáculos e resistências, possibilitando, através da educação para o empreendedorismo, o

desenvolvimento de uma metodologia mais ativa e participativa em sala de aula, vem ocorrendo especialmente através de projetos como a “pedagogia empreendedora”, amparados em Fernando Dolabela (2003).

O tema também se tornou relevante quando da execução do PEDR (2017-30), através do qual foram identificadas a falta de Estímulo ao empreendedorismo, à permanência na região, precariedade das escolas públicas e o ensino a distância como debilidades/desafios e vulnerabilidades/limitações da Região da Campanha. Pela relevância do tema, dentre os projetos elaborados se destacam a educação empreendedora e o programa de formação e aperfeiçoamento de professores da Educação Básica.

O interesse pela educação empreendedora no Ensino Básico surge por se acreditar que estudos dessa natureza possam trazer uma importante contribuição para o futuro da educação no Município de Bagé na Região da Campanha do RS. Ficou evidente que o estudo voltado aos atores envolvidos na construção de uma educação empreendedora no EJA deva ser aprofundado, sugerindo-se, uma pesquisa de doutorado através da qual fossem exploradas outras questões, como por exemplo, o impacto desse conhecimento nas vidas desses alunos, nas famílias, para empresas e empregadores, para as comunidades, para as escolas e para o corpo docente e, para a economia do município.

Esse estudo foi surpreendente no sentido de que foi possível identificar a amplitude do tema educação no que se refere às fontes de pesquisa e, ao mesmo tempo, um reduzido número de trabalhos acadêmicos voltados à área da educação empreendedora no ensino fundamental nas escolas municipais. Perceberam-se, também, os efeitos e as influências imediatas que o conhecimento empreendedor exerce sobre a vida das pessoas, como se fosse uma oportunidade de renda rápida, ou seja, é só “pegar a ideia/sonho e colocar em prática”, o que envolve muito mais do que apenas o conhecimento empreendedor. Nesse sentido, o estudo revela a fragilidade da forma como a disciplina é apresentada nessas escolas, principalmente em relação aos riscos da expectativa gerada pelos alunos.

Entretanto, há que se reconhecer que o empreendedorismo passou a ser visto como um mecanismo acionador de processos que podem gerar ações e transformações na direção do desenvolvimento econômico, social, regional e em nível nacional, motivos pelo quais passou a ser incentivado nas últimas décadas. O estudo torna-se importante também por se acreditar que a educação é vital para a humanidade, principalmente por se constituir em poderosa “arma” para o enfrentamento de um dos maiores desafios que, relacionados com as desigualdades sociais geradas pelas crises conjunturais e estruturais, vêm alterando os padrões

de relações sociais e políticas, exigindo, também, um aumento da capacidade empreendedora para combater aos níveis de emprego que se estabeleceram, não só no Brasil como no mundo.

REFERÊNCIAS

- AGRIPINO, José. *Projeto de Lei do Senado n° 772, de 2015*. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica. SENADO FEDERAL, disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124353>> Acesso em: 23 jan. 2019.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. *Capital social e empreendedorismo local*. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. UFRJ: Rio de Janeiro, 2002.
- ALONSO, José Antônio Fialho. A persistência das Desigualdades Regionais no RS: velhos problemas, soluções convencionais e novas formulações. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 33, n. 4, p.101-114, mar-2006. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/1178/1517>> Acesso em: 16 set.2018.
- ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Evolução das Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. *Caminhos de Geografia*, V.9(26), 2008. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>> Acesso em: 16 set.2018.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 70ª ed. Lisboa: Editora, 1979.
- BARQUERO, Antonio Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Antonio Vázquez Barquero, tradução de Ricardo Brinco. - Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.
- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC), documento homologado pela Portaria n° 1.570, publicado no D.O.U. em 21/12/2017, Seção 1, Pag. 14
- BECKER, Dinizar F.; WITTMANN; Milton Luiz. *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- BERGAMINI, Cecília. *Psicologia aplicada à administração e empresas, psicologia do comportamento organizacional*. São Paulo: Atlas, 2014.
- BOISIER. *Local de que estamos hablando*. 2001. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1245948918.Desarrollo_Local_De_que_estamos_hablando__2_.pdf. > Acesso em: 18 mar.2018.
- BRASIL. Decreto-Lei N° 2.208 de 17 de abril de 1997a. Regulamenta o §2° do art. 36 e os Artigos 39 a 42 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: 01 set.2019.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 148 p.: il. : v. 1 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_livro_01.pdf>. Acesso em: 27 mar.2019

_____. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm>. Acesso em: 29 maio 2019.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, 1996. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 28 jan.2019.

CARGNIN, Antonio Paulo. *Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais*. Brasília, DF: MI, 2014.

CARGNIN, Antonio Paulo; LIMA, Rubens Soares de. Desenvolvimento Regional e Governança: Ação estatal e participação social. *Textos para Discussão FEE*, nº 59. Porto Alegre 2009.

COAN, M. *Educação para o empreendedorismo: Implicações epistemológicas, políticas e práticas*. 2011. 540f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Catarina. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94847/298002.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 31 jan.2019.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO – COREDE Campanha. *Plano de desenvolvimento da região da Campanha – 2015-2030*, Elizabeth Cristina Drumm (Org.). Bagé: Ediurcamp, 2017.

CSIK, Marcia. Curso crescendo e aprendendo. *Guia do Educador*. Brasília: Sebrae, 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. *Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?* 1.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DEGEN, Ronald, Jean. O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial/Ronald Jean Degen, com a colaboração de Álvaro Araújo Mello. São Paulo: Makron Books, 1989.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir - *Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO,1999. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf> Acesso em: 30 jan.2019.

_____. Educação um tesouro a descobrir. *Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília, julho de 2010. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590por.pdf>> Acesso em: 03 set.2019.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor*. 6. ed. São Paulo: Cultura, 1999.

_____. *Oficina do Empreendedor*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

_____. *Empreendedor de Sonhos*. Portal do Voluntário. 2006. Disponível em: <http://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=465>>. Acesso em: 10 set.2017

_____. *Pedagogia empreendedora*. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DÖRR, Carine Raquel Backes. *O ambiente empreendedor e o desenvolvimento regional na Região do Vale do Paranhana/RS*. 2013. 155f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.

DUBAR, Claude. *Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo*. In: Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia, 2004, Paris. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/94289553/DUBAR-Claude-Agente-ator-sujeito-atorAtor-agente-ator-do-semelhante-ao-mesmo-2004>>. Acesso em: 07 jun.2019.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 13, n. 2, p. 169-186, dez. 2010, ISSN 1516-6481. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/478/756>> Acesso em: 21 set.2018.

_____. Mesorregiões brasileiras: o portal da metade Sul/RS-Mesosul. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 2, p. 73-82, 2005. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11068>>. Acesso em: 25 set.2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23 Ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 2015. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>> Acesso em: 09 jun.2019.

_____. *Municípios*. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Campanha>> Acesso em: 27 agost.2019.

_____. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Perfil Socioeconômico dos Municípios*. Disponível em: < <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/Bag%E9/> > Acesso em: 05 mar.2019.

GANDIN, Luís Armando. *Educação libertadora*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. *Empreendedorismo no Brasil - Relatório Executivo 2014*. IBQP, 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_rel%C3%B3rio%20executivo.pdf> Acesso em: 13 jan.2019.

_____. *Empreendedorismo no Brasil* - Relatório Executivo 2017. IBQP, 2017. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf> Acesso em: 13 jan.2019.

_____. *Empreendedorismo no Brasil* - Relatório Executivo 2016. IBQP, 2017. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>> Acesso em: 13 jan.2019.

HISRICH, Robert D. *Empreendedorismo* / Robert D Hisrich, Michael P. Peters, Dean A. Shepherd; tradução Teresa Felix de Souza. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores*. 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores_2017.php> Acesso em: 30 jul.2017.

_____. *Cidades*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bage/panorama>> Acesso em: 06 fev.2019.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)*, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em: 17 set.2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018* [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-mec-divulga-censo-escolar-2017/21206> Acesso em: 10 mar.2019.

JULIEN, Pierre-André. *Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento*. Tradução Márcia Freire Ferreira Salvador. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIBERATO, Antonio Carlos Teixeira. *O saber empreendedor docente: a experiência do projeto despertar – parceria SEBRAE-RN / SEEC-RN*. 2016. 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23054>> Acesso em: 22 abr.2018

LIMA, Aguinaldo Luiz de. Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora. 2008. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

MELO NETO, Francisco P. de; FROES, César. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

PAVAN, Samuel Moreira. *As faces do empreendedorismo e o trabalho como princípio educativo na educação profissional: articulação possível?* 2018. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

PERIN, Zeferino (Org.). *Desenvolvimento Regional: um novo paradigma em construção*. Erechim: EdiFAPES, 2004.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

PRELAC: uma trajetória para a educação para todos. UNESCO, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000137293_por> Acesso em: 26 jan.2019.

PRONATEC. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/inscricao>> Acesso em: 30 julho de 2017.

PRONATEC *Empreendedor*. Disponível em: <<http://pronatecempreendedor.SEBRAE.com.br>> Acesso em: 29 jul.2017.

PRONATEC *Empreendedor: caderno de apresentação*. Disponível em: <http://pronatecempreendedor.sebrae.com.br/customizacoes/Apresentacao/_doc/caderno_apresentacao_pronatec.pdf> Acesso em: 26 jan.2019.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf>> Acesso em: 06 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. *Perfil Socioeconômico COREDE*. Corede Campanha. 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134128-20151117100501perfis-regionais-2015-campanha.pdf>> Acesso em: 13 nov.2016.

SCHINDLER, Anamaria; NAIGEBORIN, Vivianne. Empreendedorismo social e desenvolvimento. In: VOLTOLINI, Ricardo (Org.). *Terceiro Setor: planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 2004.

SEBRAE. *Sobrevivência das empresas no Brasil. Coleção estudos e pesquisas*. 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf> Acesso em: 03 out.2017.

SEBRAE. *Sobrevivência das Empresas no Brasil*. Em outubro/2016. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>> Acesso em: 12 set.2019.

SILVA, Fernanda Góes da; CÁRIA, Neide Pena. A inserção do empreendedorismo na educação básica. XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Educere. *Anais...*, 2015, PUCPR. Disponível em:

< https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20521_9799.pdf > Acesso em: 03 abr.2018.

SORDI, Luiz Carlos. *Atuação dos Alunos e Egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas Organizações Comunitárias do Município de Chapecó/SC*. 2003. 141f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2003.

TURATO, Egberto Ribeiro. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

UNESCO. *Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos*. - Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: < <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000188644> > Acesso em: 26 jan.2019.

APÊNDICE I

Pesquisa com alunos do ensino fundamental da modalidade EJA

EMPREENDEDORISMO REGIONAL

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer a percepção dos atores regionais envolvidos na educação empreendedora e sua relação com o desenvolvimento regional. Sua colaboração é muito importante, pois o trabalho fruto desta pesquisa é uma contribuição para a construção de estratégias para a educação na nossa região.

1- **Escola:** _____ **Data:** __/__/__

2- **Idade:** _____

3- **Sexo:** M () F ()

4- Motivo que o levou a participar do EJA?

() Busca de novos conhecimentos () realização pessoal

() Recuperar o tempo perdido () Exigência do trabalho () outro:

5- Sua situação em relação ao mercado de trabalho:

() Desempregado () Trabalho formal () Autônomo () Aposentado () Estudante

() Pensionista () Diarista () Serviços gerais informal () Empresário

5.1- Se formal, empregador/atividade: _____

6- Quanto a renda:

() Até R\$ 1.000,00 () De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00

() De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 () De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00

() De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00 () Acima de 5.001,00

7- Quanto ao perfil empreendedor, em quais das características abaixo você se enquadra:

() tem um “modelo” ou pessoa que o influencia () considera o fracasso um resultado como outro qualquer () sabe fixar metas e alcançá-las () crê no que faz () é inovador, criativo () é capaz de identificar oportunidades () sabe buscar, utilizar e controlar recursos () tem facilidade de se relacionar, “tecer redes de relações” () traduz seus pensamentos em ações () é tolerante a riscos moderados () outro: _____ **Dolabela (2008, p. 71)**

8- Qual a sua expectativa em relação à educação empreendedora na escola?

() vontade de ganhar dinheiro () desejo de sair da rotina e levar suas ideias adiante () vontade de ser seu próprio patrão () a necessidade de provar a si e aos outros que é capaz de realizar um empreendimento () desejo de desenvolver algo que traga benefícios, não só para si, mas para a sociedade () empreender no local de trabalho () outra _____ **Degen (1989, p. 15)**

APÊNDICE II

Pesquisa realizada com a secretária de educação do município de Bagé:

Qual sua posição sobre a inclusão da educação empreendedora no currículo da educação básica, ensino fundamental e médio? Impacto sobre o desenvolvimento regional?

Pesquisa realizada com a coordenadora do SEBRAE/Bagé:

De que forma e como o SEBRAE se mobilizou para capacitação dos responsáveis pela difusão do conhecimento empreendedor nas escolas do ensino fundamental da modalidade EJA?

Pesquisa realizada com o/as coordenador(as) das escolas:

Escola: _____ Data: __/__/__

Você acredita que a educação empreendedora na escola possa trazer alguma contribuição para a vida dos jovens e adultos?

Pesquisa realizada com os professores das escolas municipais de ensino fundamental na modalidade EJA:

Pesquisa com a professora da escola _____:

1-Possui alguma experiência na área? () Sim () Não

2-Recebeu alguma capacitação para a função? () Sim () Não

3-Há quanto tempo trabalha com a educação empreendedora? 1 ano

4-São realizadas aulas práticas, dinâmicas, etc.? Como? Exemplos?

5-Como foi a receptividade pela educação empreendedora em aula pelos alunos:

() Muito receptivos () Pouco receptivos () Indiferentes (apenas mais uma disciplina)

6-Percentual de alunos que demonstram interesse em empreender durante as aulas? %